



**UNIVERSIDADE  
FERNANDO  
PESSOA**

**UMA ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA MOTORA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE TEMPO  
INTEGRAL NA CIDADE DE MACAPÁ**

[AN ANALYSIS OF ACCESSIBILITY IN THE INCLUSION OF PEOPLE WITH  
MOTOR DISABILITIES IN A FULL-TIME STATE SCHOOL IN THE CITY OF  
MACAPÁ]

Dissertação de Mestrado

[Ciências da Educação: Educação Inclusiva]

Maria das Graças Senna Ramos

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para  
obtenção do grau de Mestre em Educação: Educação Inclusiva.

Orientadora:

Professora Doutora Ana Paula Antunes Alves

Porto, 2025



**UMA ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NA INCLUSÃO DAS PESSOAS  
COM DEFICIÊNCIA MOTORA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE  
TEMPO INTEGRAL NA CIDADE DE MACAPÁ**

[AN ANALYSIS OF ACCESSIBILITY IN THE INCLUSION OF PEOPLE WITH MOTOR  
DISABILITIES IN A FULL-TIME STATE SCHOOL IN THE CITY OF MACAPÁ]

Dissertação de Mestrado

[Ciências da Educação: Educação Inclusiva]

Maria das Graças Senna Ramos

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção  
do grau de Mestre em Educação: Educação Inclusiva.

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Antunes Alves

Porto, 2025



*Para minha família e meus mestres, meus maiores incentivadores.*

## Agradecimentos

À minha orientadora Doutora Ana Paula Antunes Alves, que sempre esteve disponível, discutindo conceitos, encaminhando, interferindo, polemizando, propondo leituras, formulando indagações e revendo o texto.

A todos os colaboradores, alunos, professores, técnicos e funcionários da escola pesquisada e aos envolvidos no prazeroso trajeto da pesquisa.

A todos meus familiares, que, solidariamente, me incentivaram e possibilitaram a realização desta pesquisa.

*“Quando nos dedicamos aos trabalhos de pesquisa científica, buscamos a consolidação de nossas ideias entre as teorias e as práticas e o desejo de apresentar à sociedade nosso problema de pesquisa juntamente com as sugestões para as eventuais mudanças sociais.”*

Ivaldo da Silva Sousa

## **Resumo**

Esta pesquisa analisa as condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência motora em uma escola de tempo integral em Macapá, considerando aspectos físicos e pedagógicos sob a perspectiva da Lei Brasileira de Inclusão (2015). No referencial teórico foram discutidos as acessibilidades dos estudantes com deficiência motora, perpassando pelas teorias de acessibilidade do indivíduo com comprometimento motor, a lei da inclusão, o processo de inclusão, a acessibilidade do espaço físico da escola, as condições de acesso e a formação contínua para a capacitação tanto para os professores regulares quanto para os professores do AEE. Na metodologia, optou-se por uma pesquisa de campo em uma abordagem qualitativa, através de um estudo descritivo com método indutivo, que se caracteriza pela observação detalhada do contexto, apresentando premissas para, adiante, se concretizar a realização dos objetivos propostos. Concluiu-se que, apesar dos grandiosos avanços em prol da melhoria de vida das pessoas com deficiências motoras, infelizmente a maioria das escolas ainda não oferecem a infraestrutura completa para atender aos alunos com deficiência motora. É importante que o governo procure sanar as lacunas existentes nas estruturas físicas das escolas, a fim de oferecer tanto o transporte quanto condições de inclusão aos alunos com necessidades especiais e com deficiência motora. Somente através de um compromisso coletivo e ações concretas é que se pode assegurar que indivíduos com este tipo de comprometimento se sintam totalmente integrados e valorizados na sociedade.

**Palavras-chave:** Educação; Inclusão; Deficiência Motora; Acessibilidade.

## **Abstract**

This research analyzes the accessibility conditions of students with motor disabilities in a full-time school in Macapá, considering physical and pedagogical aspects from the perspective of the Brazilian Inclusion Law (2015). In the theoretical framework, the accessibility of students with motor disabilities was discussed, covering the theories of accessibility of individuals with motor impairment, the inclusion law, the inclusion process, the accessibility of the school's physical space, the access conditions and continuous training for the qualification of both regular teachers and AEE teachers. In the methodology, a field research was chosen with a qualitative approach, through a descriptive study with an inductive method, which is characterized by the detailed observation of the context, presenting premises to, later, achieve the proposed objectives. It was concluded that, despite the great advances in favor of improving the lives of people with motor disabilities, unfortunately most schools still do not offer the complete infrastructure to serve students with motor disabilities. It is important that the government seeks to fill the gaps in the physical structures of schools, in order to provide both transportation and inclusion conditions for students with special needs and motor disabilities. Only through collective commitment and concrete actions can it be ensured that individuals with this type of impairment feel fully integrated and valued in society.

**Keywords:** Education; Inclusion; Motor Disability; Accessibility.

## Índice Geral

Resumo .....	vii
Abstract .....	viii
Índice de Figuras .....	xi
Índice de Gráficos .....	xii
Índice de Tabelas .....	xiii
Lista de Abreviaturas .....	xiv
Introdução .....	1
<b>PARTE I ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo I – Acessibilidade do Aluno com Deficiência Motora.....</b>	<b>7</b>
1.1. Algumas teorias sobre a acessibilidade do indivíduo com comprometimento motor.....	7
1.2. A Lei da inclusão nº 13.146/2015 .....	12
<b>Capítulo 2 – Acessibilidade e Inclusão de Alunos com Deficiência Motora.....</b>	<b>22</b>
2.1. O Processo de Inclusão.....	22
2.2. Acessibilidade no Espaço Físico da Escola.....	22
2.3. Acessibilidade como Condição para o Acesso e Desenvolvimento do Aluno .....	24
2.4. Formação Continuada para a Capacitação dos Educadores na Escola.....	25
2.5. Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Motora .....	26
<b>PARTE II ESTUDO EMPÍRICO .....</b>	<b>30</b>
<b>Capítulo III – Marco Metodológico .....</b>	<b>31</b>
3.1. Caminhos Metodológicos.....	31
3.2. Metodologia de Pesquisa.....	31
3.3. Participantes .....	33

3.4. Instrumentos, Procedimentos e Tabulação dos Resultados .....	33
3.4.1. Instrumentos .....	33
3.4.2. Procedimento de Recolha de Dados .....	34
3.4.3. Tabulação dos Resultados .....	35
3.5. Princípios Éticos .....	36
<b>Capítulo IV – Apresentação e Análise dos Resultados.....</b>	<b>37</b>
<b>Conclusões .....</b>	<b>65</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>69</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>74</b>
Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE .....	74
<b>Apêndices.....</b>	<b>75</b>
Apêndice A – Roteiro das Perguntas .....	75
Apêndice B – Parecer Substanciado da Plataforma Carolina Bori.....	77

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Adaptações para materiais escolares; higiene pessoal e alimentação ..... 27

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Dificuldade para o Atendimento Educacional Especializado .....	37
Gráfico 2 – Avaliação do Processo de Acessibilidade .....	40
Gráfico 3 – Igualdade para o Acesso e Permanência na Escola.....	42
Gráfico 4 – Acessibilidades do Aluno Cadeirante no Transporte até a Escola.....	44
Gráfico 5 – Condições de Permanência na Escola .....	46
Gráfico 6 – Capacitação dos Educadores da Escola.....	49
Gráfico 7 – Projetos de Acessibilidade na Escola.....	51
Gráfico 8 – Inclusão de Temas Voltados para as Deficiências .....	52
Gráfico 9 – Metodologias Utilizadas no AEE da Referida Escola.....	54
Gráfico 10 – Avaliação do Processo de Acessibilidade .....	56
Gráfico 11 – Planejamento Inclusivo para as Necessidades Específicas de cada Aluno	57
Gráfico 12 – Recepção do Aluno em Ambiente Escolar.....	59
Gráfico 13 – Integração entre Pais/Escola no Processo Inclusivo.....	60
Gráfico 14 – Promoção de Inclusão com o Foco na Autoestima do Aluno .....	62

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Categoria: Dificuldade para o Atendimento Educacional Especializado .....	38
Tabela 2 – Categoria: Avaliação do Processo de Acessibilidade .....	40
Tabela 3 – Categoria: Igualdade para o Acesso e Permanência na Escola.....	42
Tabela 4 – Categoria: Acessibilidade do Aluno Cadeirante no Transporte até a Escola	45
Tabela 5 – Categoria: Condições de Permanência na Escola .....	47
Tabela 6 – Categoria: Capacitação dos Educadores da Escola .....	49
Tabela 7 – Categoria: Projetos de Acessibilidade na Escola.....	51
Tabela 8 – Categoria: Inclusão de Temas Voltados para as Deficiências .....	53
Tabela 9 – Categoria: Metodologias Utilizadas no AEE da Referida Escola .....	54
Tabela 10 – Categoria: Avaliação do Processo de Acessibilidade .....	56
Tabela 11 – Categoria: Planejamento Inclusivo para as Necessidades Específicas de cada Aluno .....	58
Tabela 12 – Categoria: Recepção do Aluno em Ambiente Escolar .....	59
Tabela 13 – Categoria: Integração entre Pais/Escola no Processo Inclusivo .....	61
Tabela 14 – Categoria: Promoção de Inclusão com o Foco na Autoestima do Aluno ...	62

## **Lista de Abreviaturas**

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos Excepcionais
CF	Constituição Federal
DA	Dificuldade de Aprendizagem
DUA	Desenho Universal para a Aprendizagem
DH	Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBC	Instituto Benjamin Constant
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
PUC	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PNEEPPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
ONU	Organização das Nações Unidas

## **Introdução**

A temática da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais tem se tornado discussão em amplas áreas e esferas, com o objetivo de construir mudanças significativas referentes à visão que a sociedade possui em relação ao processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais. De acordo com Beyer (2003), a visão predominante sobre pessoas com deficiência frequentemente as caracteriza como 'totalmente incapazes'.

Essa visão, enraizada em séculos de marginalização e estigmatização, reflete a concepção de que a deficiência está diretamente ligada à incapacidade de realizar atividades ou de se integrar plenamente à sociedade. Durante muito tempo, essa perspectiva foi reforçada por modelos médicos e assistenciais que viam a deficiência como uma falha a ser corrigida ou uma limitação permanente, sem considerar a diversidade e as potencialidades do indivíduo.

Essa visão tem sido superada nos últimos anos por uma abordagem mais inclusiva e humanizadora, que destaca a importância da acessibilidade, das adaptações sociais e da eliminação de barreiras físicas e atitudinais. Movimentos sociais, avanços no campo dos Direitos Humanos (DH) e mudanças no entendimento da deficiência, a partir do modelo social, têm contribuído para transformar a ideia de incapacidade em uma reflexão sobre as condições e oportunidades que a sociedade oferece. Nesse novo paradigma, a deficiência não é vista como uma limitação intrínseca ao indivíduo, mas como um fator que, em muitos casos, é amplificado pela falta de acessibilidade, de compreensão e de inclusão.

A inclusão e a aceitação dos alunos com necessidades especiais em diversos aspectos da sociedade têm avançado no Brasil, principalmente por meio de movimentos voltados para a efetivação da inclusão, tanto em nível nacional quanto internacional, que buscam, juntos, a criação de uma política inclusiva. Nesse contexto, “as escolas, na perspectiva inclusiva, precisam estar comprometidas com a formação do cidadão e com suas necessidades, exigindo uma prática educacional voltada para a realidade social dos direitos à vida individual e coletiva” (Anahi & Charlot, 2019, p. 4).

A exclusão social de pessoas com necessidades especiais é uma prática histórica, e a busca por um acesso mais inclusivo é a razão pela qual investigamos essa temática. Para a promoção da inclusão, o papel do professor é fundamental, pois ele “atua como mediador

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

da aprendizagem. No entanto, para que isso aconteça, a escola deve promover a inclusão desses alunos por meio de professores com formação especializada” (Belo, 2023, p. 64).

A estrutura das sociedades, primordialmente, trata os alunos com necessidades especiais como inábeis, distanciando-os e privando-os do poder de usufruir do que é de todos, isto é, a liberdade e a autonomia. A literatura clássica e os relatos históricos revelam essa mentalidade discriminatória, pois tendem a destacar as limitações e as características superficiais das pessoas em detrimento de reconhecer seu potencial e habilidades.

No que tange à deficiência motora, observa-se um índice significativo de pessoas com comprometimento motor sem os devidos cuidados e planejamento de órgãos responsáveis, no que se refere aos seus direitos e à inserção na sociedade. Nesse cenário, analisar a realidade de como se desenvolve a acessibilidade diante da inclusão da pessoa com comprometimento motor em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá é fundamental.

Diante do exposto, essa pesquisa teve como elementos norteadores para este estudo as várias leis de inclusão e acessibilidade existentes no Brasil. Durante o percurso de análise sobre o assunto, duas professoras, um aluno com deficiência motora e os pais dessa criança forneceram suporte para a compreensão, conforme especificado em nossa metodologia.

A pesquisa procura identificar como as melhorias em infraestrutura e práticas pedagógicas podem contribuir para a inclusão efetiva, alinhando-se aos princípios da Lei Brasileira de Inclusão. Inserir o tema inclusão educacional na agenda dos governantes é essencial para que se alterem as condições e se garantam melhorias nas infraestruturas e no apoio pedagógico, essenciais para o desenvolvimento e desdobramento de habilidades em qualquer grupo de indivíduos com necessidades especiais.

Como é evidente, a educação é imprescindível para o progresso humano e social de qualquer localidade, seja uma cidade, um estado ou um país, pois sem ela não há perspectiva de avanço. A educação, segundo Biderman e Arvate (2005):

[...] é considerada um dos fatores mais importantes para gerar oportunidades iguais entre os indivíduos e, portanto, é um instrumento capaz de aumentar a mobilidade social, permitindo a geração de uma distribuição de renda mais equitativa. Os estudos para o Brasil mostram que a educação é o principal fator a explicar a renda do salário-mínimo e que tem papel preponderante nas causas da desigualdade de renda. (p.42).

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

É de grande importância que as pesquisas em sala de aula ou nas escolas se desenvolvam, pois acredita-se no potencial de serem grandes aliadas no processo de mudança educacional. Para Freire (2019, p. 32), “não existe pesquisa sem ensino e nem ensino sem pesquisa.”.

Assim, a temática da inclusão de pessoas com diferentes habilidades deve ser discutida de forma a encontrar os caminhos mais adequados para garantir os seus direitos. Partindo deste e de outros pressupostos, destaca-se a importância de desenvolver esta pesquisa para se obter uma visão fundamentada do problema, e, assim, mensurar a realidade prática com base nas teorias existentes sobre a temática. A acessibilidade é um direito de todos, contudo, algumas parcelas da população são mais dependentes do que outras.

Desse modo, é relevante a importância de fazer essa comparação entre as teorias legislativas dos direitos adquiridos e a realidade diante da prática cotidiana. É por meio desse processo que surge nosso principal problema de pesquisa: observar a realidade e como se desenvolve a acessibilidade, diante da inclusão da pessoa com comprometimento motor nessa escola pesquisada.

Sabe-se que os Direitos Humanos (DH) são fundamentais em prol da igualdade. Com eles surgem uma gama de princípios, orientações, conceituações e legislações que consideram as individualidades, as especificidades culturais e sociais, e promovem a igualdade entre os seres humanos, respeitando suas subjetividades.

Nessa perspectiva, até os dias atuais, há o desejo de evidenciar o que já existe há muito tempo, mas que ainda permanece invisível por muitos, isto é, o direito à vida, à liberdade e ao trabalho digno. Porém, ainda existem muitos debates sobre o alcance e o acesso aos direitos constituídos, nesse aspecto, percebe-se que o direito referente à inclusão se desenvolve e ganha espaço nos debates, sendo cada vez mais defendido como um dos direitos humanos primordiais.

Diante o exposto, como educadora comprometida com a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, reconheço a importância de investigar e compreender as barreiras que ainda persistem na acessibilidade escolar, especialmente em instituições públicas. A análise crítica dessas barreiras e a proposição de soluções práticas podem contribuir significativamente para a melhoria das políticas e práticas educacionais, beneficiando diretamente os alunos com deficiência motora.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

A convivência com pessoas que enfrentam desafios de mobilidade e a percepção das dificuldades que elas encontram no ambiente escolar despertaram um profundo interesse em promover mudanças concretas que garantam a todos os alunos o direito à educação plena e igualitária. Assim, esta dissertação busca não apenas preencher lacunas acadêmicas, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Objetivo Geral:

Analisar as questões de acessibilidade da escola, com o objetivo de conhecer as possibilidades e as condições de acesso, utilização, segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos das edificações da instituição.

Objetivos Específicos:

- Analisar se a escola está ofertando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Analisar como ocorre o processo de formações, capacitações e formações continuadas dos educadores;
- Verificar como se desenvolve o atendimento educacional especializado dos alunos com necessidades educativas especiais;
- Verificar como o aluno com necessidades educativas especiais vem construindo suas subjetividades e sua autoestima.

Em suma, mesmo com a garantia de direitos e leis para amparar as pessoas com comprometimento motor, não se pode afirmar que, na prática, as condições funcionem de forma eficaz. Não basta a criação de leis, diretrizes e regulamentações que garantam a inclusão, se estas forem ignoradas em sua totalidade e praticabilidade.

O avanço no cenário de integração depende de um conjunto de ações, e, portanto, analisar, discutir e identificar as medidas que vêm sendo adotadas e aquelas que devem ser desenvolvidas torna-se uma incitação não apenas política, mas também social.

A dissertação está estruturada em duas partes principais, cada uma composta por capítulos que abordam aspectos teóricos e empíricos da acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência motora. Na Parte I - Enquadramento Teórico, o Capítulo I explora diversas teorias sobre a acessibilidade para indivíduos com comprometimento motor, destacando a importância da Lei da Inclusão nº 13.146/2015, que estabelece diretrizes fundamentais

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

para garantir os direitos das pessoas com deficiência. O Capítulo II aprofunda-se no processo de inclusão, analisando a acessibilidade no espaço físico escolar e como esta se configura como uma condição essencial para o acesso e desenvolvimento dos alunos. Além disso, discute a necessidade de formação continuada para capacitar educadores e o papel do Atendimento Educacional Especializado.

Na Parte II - Estudo Empírico, o Capítulo III detalha o marco metodológico da pesquisa, descrevendo os caminhos metodológicos adotados, a metodologia de pesquisa, os participantes envolvidos, e os instrumentos e procedimentos utilizados para a coleta e tabulação dos dados, sempre respeitando os princípios éticos. O Capítulo IV é dedicado à apresentação e análise dos resultados obtidos, oferecendo uma visão detalhada das descobertas e suas implicações. Finalmente, o Capítulo V sintetiza as conclusões do estudo, enquanto o Capítulo VI lista as referências bibliográficas que fundamentam a pesquisa. A dissertação também inclui anexos e apêndices, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o roteiro das perguntas utilizadas na pesquisa, assegurando a transparência e a ética do estudo.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

**PARTE I**  
**ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

---

## **Capítulo I – Acessibilidade do Aluno com Deficiência Motora**

### **1.1. Algumas teorias sobre a acessibilidade do indivíduo com comprometimento motor**

A sociedade, impregnada nas suas dimensões ideológicas, tende a adentrar caminhos culturais e crenças marcadas por séculos de uma cognição que desqualifica os alunos com deficiência motora como sujeitos. Entretanto, é importante destacar que as relações entre cultura e indivíduo mudaram significativamente com as grandes transformações que ocorreram na História.

Este capítulo discute a acessibilidade à luz das legislações brasileiras e das principais teorias educacionais sobre inclusão, buscando contextualizar os desafios enfrentados por alunos com deficiência motora. Assim, analisa-se a realidade em sua prática no dia a dia, sempre discutindo, investigando e mantendo diálogo com as teorias sobre as legislações presentes no Brasil.

A acessibilidade tornou-se, recentemente, parte do debate sobre políticas públicas para pessoas com deficiência. Para a Constituição Federal de 1988, essa questão só era abordada na Emenda nº 12 da Constituição de 17 de outubro de 1978 (Brasil, 1978), e, ainda assim, se restringia ao acesso a prédios e logradouros públicos.

A acessibilidade teve sua regulamentação no ano 2000, pelas Leis Federais nº 10.048 e 10.098 (Brasil, 2000) que proporcionaram um panorama mais amplo do problema. A primeira, elaborada pelo Parlamento, trata dos serviços essenciais e da acessibilidade e inovação dos transportes, estabelecendo sanções para as violações. A segunda, desenvolvida pelo Executivo com base no Decreto nº 186, de 9 de julho de 2008 (Brasil, 2008a), partilha o tema da acessibilidade do ambiente físico, transporte, comunicação e informação e ajudas técnicas.

A existência deste marco legal, além de todas as leis estaduais e municipais que regulam essa questão, ocorre devido à luta pela liberdade de locomoção das pessoas com deficiência. A sociedade civil tem se engajado de forma contínua para assegurar seus direitos, reconhecendo que o acesso a eles é importante para alcançar a inclusão social. Já o movimento de apoio às crianças com deficiência é uma realidade; marcada por

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

vitórias e derrotas, muitos passos foram dados na busca pelos direitos das pessoas com deficiência. Na sociedade brasileira, não existia uma política de cuidado ou tratamento adequado para as crianças com deficiência, conforme documento elaborado pelo grupo de trabalho pela Portaria 555/2007 (Brasil, 2008b):

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Instituto dos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e os Surdos Mudos, em 1857, hoje denominados Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff . (p. 6).

Nesse contexto, observa-se que o Decreto nº 3.298 (Brasil, 1999) da legislação brasileira, conceitua a deficiência motora da seguinte maneira:

Art. 4ª – deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano acarretando o comprometimento da função física, apresentado sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência do membro, paralisia cerebral, membros com deformidades congênitas ou adquiridas, exceto as deformidades estéticas e que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Neste seguimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nº 8.069/90 (Brasil, 1990), no artigo 55º, ao estabelecer que os pais ou responsáveis legais são obrigados a encaminhar sua criança para uma instituição de ensino, fortalece a matrícula escolar na rede regular e permite que o/a aluno/a permaneça na escola. O objetivo é garantir a aquisição de competências de todas as crianças, jovens e adultos, e assegurar que eles estejam em condições de aproveitar as oportunidades educativas oferecidas.

As necessidades especiais abrangem tanto habilidades fundamentais de aprendizado, como leitura, escrita, comunicação oral, aritmética e resolução de problemas, quanto conteúdos essenciais, como conhecimentos, competências, valores e atitudes, dos quais os indivíduos necessitam não apenas para enfrentar desafios, mas também para compreender integralmente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade,

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

participar ativamente do desenvolvimento da sociedade, aprimorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar a se educar ao longo da vida.

A Declaração de Salamanca passou a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva. Nesse sentido, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008b), afirma-se:

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. (p. 7).

A Convenção da Guatemala (1999), adotada no Brasil através da Resolução nº 3.956/2001 (Brasil, 2001), estabelece que as pessoas com deficiência possuem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais e define a discriminação, com base na deficiência, como qualquer forma de exclusão ou discriminação que possa obstruir ou anular o exercício desses direitos. Este documento possui implicações indispensáveis para a educação, pois insta a uma interpretação da educação especial dentro do paradigma da diferenciação, visando superar as barreiras à inclusão escolar.

De modo frequente, argumenta-se que a educação inclusiva é um assunto controverso, que tem servido de catalisador para o surgimento de novas abordagens educacionais nas escolas. Essas propostas pedagógicas buscam impulsionar melhorias na qualidade de vida escolar e social de todos, especialmente das pessoas com deficiência. Nesse contexto, encontram-se educadores dedicados à causa da educação especial e inclusiva, assim como indivíduos diretamente envolvidos com as pessoas com deficiência.

Quando os indivíduos enfrentam alguma forma de deficiência, o sistema educacional, como está organizado, não é capaz de satisfazer suas necessidades. É aqui que surge o conceito de educação inclusiva, que, como o próprio nome indica, apresenta abordagens diferenciadas. A educação inclusiva é uma modalidade educativa destinada a alunos com dificuldades de aprendizagem, que podem decorrer de deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas, bem como de características particulares, como talentos, habilidades ou aptidões especiais. É um ramo da educação que propõe uma forma de olhar

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

para cada pessoa, considerando as barreiras que a sociedade cria, condicionando sua autonomia. Segundo Mantoan (2006), a educação inclusiva:

[...] é uma inovação que implica um esforço de modernização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (p.32).

Dessa forma, pesquisar sobre a educação inclusiva trata-se de reestruturar a cultura, as práticas e as políticas nas escolas para que se compreenda a diversidade dos alunos como um direito de todos. As escolas brasileiras já deveriam ser inclusivas, mas a realidade é outra, pois, na verdade, a fase de adaptação a essa nova realidade já deveria ter sido superada.

As escolas precisam ser reestruturadas para atender às necessidades de todos os alunos. No entanto, dado que as crianças que requerem essas adaptações constituem uma minoria dentro das escolas, é fundamental pesquisar sobre as estruturas necessárias para atender e satisfazer suas necessidades. Além disso, é importante reconhecer que muitos obstáculos surgem antes mesmo de se entrar nos portões da escola.

Para que esse educando tenha acesso ao ambiente escolar, é necessário que se desloque de forma segura e adequada. A realidade, no entanto, é que muitos entraves se apresentam nesse percurso, pois a maioria dos transportes e ruas não estão adaptados às dificuldades que esses alunos enfrentam. Em suma, não há possibilidade de esse aluno frequentar uma sala de aula sem que antes essas necessidades sejam atendidas de forma adequada, desde o transporte até a infraestrutura da escola.

A educação dos alunos com deficiência motora deve ser entendida dentro de um contexto histórico específico, evitando interpretações abstratas. Ao interagir com indivíduos com deficiência motora, é essencial considerar suas características físicas, pois sabemos que estas influenciam seu desenvolvimento humano. Caso contrário, corremos o risco de agravar a situação da deficiência. Neste campo do desenvolvimento humano, Vygotsky (2007) acredita que o desenvolvimento e a aprendizagem estão intimamente relacionados desde os primeiros dias de vida, pois a aprendizagem promove o desenvolvimento. Quanto mais cedo e mais eficaz for o apoio à criança, menores serão os déficits revelados ao longo do seu desenvolvimento.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

É imprescindível que os indivíduos compreendam seu papel no processo de inclusão e adaptação social das pessoas com deficiências na construção de uma sociedade que gradualmente inclua pessoas com deficiência. Os indícios desse processo de construção podem ser observados em nossas escolas, meios de comunicação, bairros, programas e serviços. Embora muitos países já tenham adotado uma abordagem inclusiva, o Brasil encontrou seu próprio caminho. No entanto, apesar das limitadas assistências técnica e financeira, os resultados ainda são modestos. As escolas brasileiras já deveriam ter a capacidade de cobertura necessária, mas a realidade enfrentada é outra, e a implementação efetiva da inclusão ainda enfrenta desafios significativos.

Segundo Gatti (2010, p. 23), “a educação vem enfrentando um paradoxo. Por um lado, visa oferecer possibilidades de mudanças, por outro revela a obscuridade”, de modo que, à medida que mais educação é ofertada, mais problemas sociais se evidenciam. Desse modo, aquele pensamento de educação para todos exige uma reformulação no seu processo.

Os professores, em especial, juntamente com outros profissionais relacionados à educação, enfrentam o desafio da inclusão, que não deveria ser encarado como algo invencível, pois, na verdade, já deveríamos ter superado essa questão em nossa compreensão da realidade atual. As escolas precisam ser ajustadas para atender às necessidades de todos os alunos que requerem adaptações, mesmo que esses alunos representem uma minoria dentro do ambiente escolar. A inclusão deve ser vista como um direito de todos, e a estrutura escolar deve ser adaptada para garantir que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais.

O papel do professor continua sendo importante, pois é essencial que ele esteja atento para reconhecer as necessidades individuais da classe e as particularidades de cada aluno. Essa é uma dificuldade real enfrentada por aqueles que trabalham com a inclusão, pois é necessário refletir sobre como lidar com as diferenças e promover a singularidade de cada estudante. Vitaliano (2010) escreve:

É incontestável e imperiosa a necessidade de superação das desigualdades sociais, bem como também é imperiosa a prioridade de oferecimento de oportunidades educacionais adequadas a todos os educandos. Consideramos que o direito à educação deve ser acompanhado da determinação de quem deve provê-lo, assim como da qualidade que este deve ter. (p. 22).

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

Assim, acredita-se que a inclusão educacional necessita de adaptações para a acessibilidade dos educandos aos espaços escolares, pois, desta forma, os avanços serão mais notórios, tomando proporções de desenvolvimento mais eficazes.

Assim, Vitaliano (2010) menciona que:

O termo inclusão, além de gerar interpretações diversas, às vezes é compreendido de uma forma restrita, apenas em relação à inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns. No entanto, ele não surge exclusivamente para abrir as portas das referidas classes para esta população, e sim para todos os alunos. (p. 24).

A inclusão não se resume apenas a inserir os alunos em sala de aula; é necessário estruturas adequadas para garantir que estejam verdadeiramente incluídos, garantindo, assim, a integração e a acessibilidade aos espaços escolares.

## **1.2. A Lei da inclusão nº 13.146/2015**

A inclusão é um direito. As escolas devem atualizar e renovar as condições atuais de acesso, tendo em conta que os problemas de alguns alunos não se restringem a eles, mas decorrem, em grande parte, da natureza e da forma como as aulas são ministradas, como se aprende e como é projetado e avaliado o aluno. Mantoan (2006) destaca que a inclusão implica em mudanças e suscita questionamentos não apenas em relação às políticas e à organização da educação especial e regular, mas também em relação ao próprio conceito de inclusão.

Segundo Mantoan (2006), a inclusão vai além da adaptação do espaço escolar, sendo necessária uma reflexão sobre a prática pedagógica, os métodos de ensino e a forma como a educação é concebida. Isso exige uma transformação profunda no sistema educacional, em que todos os alunos, independentemente de suas limitações, tenham a oportunidade de aprender e desenvolver seu potencial de maneira equitativa.

A educação inclusiva propõe uma transformação na perspectiva educacional, pois não beneficia apenas os alunos com deficiência ou aqueles com dificuldades de aprendizagem, mas também todos os demais estudantes, visando alcançar o sucesso no processo educativo como um todo. “A inclusão é uma provocação, cuja intenção é

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula” (Mantoan, 2006, p. 34). Para Carvalho (2004):

[...] a proposta de educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos, buscando-se meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente. (p.12).

Essa lacuna de informação, compreensão e formação adequada pode gerar temor e resistência entre os professores em relação à integração de alunos com deficiência na escola regular. É imperativo que os profissionais da educação recebam uma formação específica para lidar com a diversidade, sejam capacitados em estratégias pedagógicas inclusivas e recebam apoio para adaptar o currículo de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

Além disso, é fundamental que a escola ofereça recursos e suportes adequados para garantir a inclusão de todos os alunos. Isso compreende adaptações físicas, como rampas de acesso e banheiros adaptados; recursos tecnológicos, como softwares de leitura para alunos com deficiência visual e apoio de profissionais especializados, como psicólogos e pedagogos inclusivos.

A inclusão escolar demanda o engajamento de toda a comunidade escolar, incluindo os pais dos alunos. É importante que os pais sejam conscientizados sobre a importância da inclusão e atuem como parceiros no processo de integração de seus filhos, compartilhando informações pertinentes sobre as necessidades individuais de cada estudante e participando ativamente das decisões relacionadas à educação deles.

Nesse contexto, a educação inclusiva é um compromisso coletivo que envolve todas as partes interessadas e exige uma transformação tanto de mentalidade quanto de práticas nas instituições de ensino. É essencial que todos os alunos, sem distinção de características ou deficiências, sejam acolhidos e tenham acesso a uma educação de excelência, pautada pelo respeito à diversidade e pela valorização das diferenças.

Dessa forma, já comprovada a necessidade de garantir a inclusão, os debates aumentam na sociedade sobre a referida temática, pois torna-se imperativo para promover a equidade dos direitos que muitos países adotem legislações específicas. Um exemplo notável é o Brasil, que promulgou a Lei nº 13.146/2015, também conhecida como Lei de Inclusão,

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

em 6 de julho de 2015. Esta lei representa um marco importante ao estabelecer garantias fundamentais para a equiparação das pessoas com deficiência na sociedade.

A Lei de Inclusão (Brasil, 2015), no Capítulo I, das Disposições Gerais, define a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. O seu propósito é garantir e promover, em igualdade de condições, o pleno exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência com o objetivo de alcançar sua inclusão social e cidadania.

Os alunos com deficiência motora possui complicações que a levam a limitações em vários aspectos, desde físicos a motores, abrangendo, assim, o desenvolvimento da aprendizagem. Sabe-se que a criança com comprometimento motor, em geral, tem sua mobilidade afetada, assim como a fala, em alguns casos. Nesse sentido, o Art. 2º do Capítulo I, das Disposições Gerais da Lei de Inclusão (Brasil, 2015), apresenta que:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Se observarmos globalmente, é evidente que um número significativo de pessoas enfrenta algum tipo de deficiência, sendo alvo por muito tempo de preconceitos sociais. No entanto, progressos e mudanças têm gradualmente promovido um ambiente de maior respeito e aceitação por parte da sociedade. Nesse pensamento, atualmente, existem padrões ideais para a acessibilidade dessas pessoas. Com isso, o Artº. 3º do Capítulo I, das Disposições Gerais da Lei de Inclusão (Brasil, 2015), dispõe que:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:  
I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Sabe-se que a constituição prevê a igualdade entre todos, tendo em vista que, independentemente do tipo de vulnerabilidade, todos possuem direitos. Deste modo, é dever do governo criar condições capazes e eficazes para atender e suprir as dificuldades

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

encontradas por esses indivíduos. Porém, infelizmente, existem várias barreiras que são incompatíveis com essa inserção social. Sob esse olhar, o Art. 3º do Capítulo I, das Disposições Gerais da Lei de Inclusão (Brasil, 2015), ressalta:

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Dessa forma, conceder acesso a qualquer pessoa, seja com ou sem deficiência, é uma forma essencial de respeitar os indivíduos, não apenas como uma obrigação legal, mas como um ato de respeito. Nesse contexto, abordar as adaptações os alunos com deficiência motora é de suma importância, pois assegura que indivíduos com mobilidade reduzida possam exercer seu direito de locomoção sem comprometer sua segurança ou dignidade. À vista disso, o Art. 3º do Capítulo I, das Disposições Gerais da Lei de Inclusão (Brasil, 2015), marca que:

I - Adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

A referida lei representa um marco importante no amparo ao convívio social, apresentando normas, regras e regulando o desenvolvimento da vida social para que não venha a conservar as desigualdades, de modo que todos possam sentir-se iguais nas relações diárias. É válido afirmar que a Lei de Inclusão é uma verdadeira vitória para toda a sociedade brasileira, todavia, todos inseridos nela precisam ter a responsabilidade de ajudar com a integração de forma concreta.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

Pode-se dizer que é de responsabilidade do Estado e da sociedade garantir o respeito e a inclusão de pessoas com deficiência, bem como a promoção do livre-arbítrio do gozo de seus direitos. Em outras palavras, o objetivo maior é assegurar e promover, em condições não discriminatórias, o exercício dos direitos e da liberdade, fundamentais para qualquer ser humano. Nessa visão, o Capítulo II, Da Igualdade e da Não Discriminação (Brasil, 2015), infere:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Em se tratando da capacidade civil de uma pessoa com comprometimento motor, pode-se dizer que este é um atributo conferido ao ser humano pela simples condição de pessoa, isto é, não havendo outras comorbilidades, outros impedimentos, este poderá normalmente ter uma vida ativa em todos os aspectos, a exemplo, na vida sexual, no que tange à reprodução. O Art. 6º do Capítulo II, Da Igualdade e da Não Discriminação (Brasil, 2015), mostra que: “Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos.”

Destaca-se, aqui, a beleza da teoria composta nos regulamentos e ressalta-se que não basta a composição teórica na lei, faz-se necessária a prática cotidiana para que seja possível garanti-la em sua praticidade. Considerando a dignidade humana como um valor inviolável e essencial à existência humana, que busca garantir uma vida digna em todos os aspectos que constituem o indivíduo, permitindo-lhe desfrutar plenamente de seus direitos, o Art. 10 do Capítulo II (Brasil, 2015), assegura:

Art. 10. Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.

Parágrafo único. Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

É fundamental abordar também as transformações e adaptações que têm sido implementadas em estabelecimentos públicos e privados para garantir um atendimento equitativo às pessoas com mobilidade comprometida. No entanto, a ausência de fiscalização por parte dos órgãos competentes nesses locais é muito insuficiente em relação ao cumprimento dos requisitos legais. O Art. 25 do Capítulo III (Brasil, 2015) estipula as exigências para os espaços de saúde, incluindo:

Art. 25. Os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental.

Outro ponto importante a ser citado para a construção deste trabalho são o estímulo, o desenvolvimento e a orientação no que diz respeito às aptidões da pessoa com comprometimento motor. Sabe-se que a aprendizagem é um processo que ocorre durante a vida, permitindo-nos adquirir algo novo em qualquer fase desta. Acerca desse pensamento é certo inferir que um sistema educacional adequado fará toda a diferença em uma sociedade permeada por preconceito. Nessa sequência, vejamos o Art. 27 no Capítulo IV, Do Direito à Educação (Brasil, 2015):

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.  
Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Paralelamente a esse pensamento, pode-se dizer que o direito à educação é assegurado, contudo, muitas vezes não é cumprido da maneira que deveria ser, sofrendo diversos desequilíbrios. Infelizmente, a realidade é que o direito à educação, em alguns momentos, torna-se mais difícil para alguns grupos, valendo ressaltar que um desses é o das pessoas com necessidades especiais. Nesse sentido, é válido mencionar que as condições de qualidade de oferta também se mostram insuficientes, sem estruturas, sem ferramentas

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

decentes e adequadas para atendê-los. O Art. 28 do Capítulo IV (Brasil, 2015) aborda que:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

Mediante a afirmação de que é dever do Estado arcar com a educação com padrões de qualidade, esse acesso à educação deverá ser possível em todos os períodos da vida, uma vez que é assegurado por lei. Nesse sentido, é necessário fazer considerações significativas a fim que as pessoas com deficiência motora possam adentrar também o ensino superior. Para isso, é de suma importância e necessidade traçar uma via perante as diretrizes educacionais no que diz respeito à contribuição com o desenvolvimento pessoal e profissional dessas pessoas. Assim, o Capítulo IV no Art. 28 (Brasil, 2015) apresenta que:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar [...]

Nesse contexto, a educação é o caminho para o ser humano evoluir e, de acordo com essa afirmação, deve-se ofertar possibilidades de oportunidade iguais para as pessoas com comprometimento motor, ressaltando, assim, a importância de trazer à tona questões relevantes para que isso aconteça na prática. Não menos importante, a sua aplicabilidade efetiva busca mostrar que de nada adiantará se esses direitos permanecerem apenas no virtual, na construção mental. Nessa lógica, pode-se dizer que (Brasil, 2015):

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

O Capítulo X, que versa sobre o direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência, aborda as condições necessárias para eliminar obstáculos que possam restringir a participação plena no processo educativo inclusivo como um todo. Nessa perspectiva, o mencionado capítulo destaca que:

Art. 46. O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

§ 1º Para fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, em todas as jurisdições, consideram-se como integrantes desses serviços os veículos, os terminais, as estações, os pontos de parada, o sistema viário e a prestação do serviço.

§ 2º São sujeitas ao cumprimento das disposições desta Lei, sempre que houver interação com a matéria nela regulada, a outorga, a concessão, a permissão, a autorização, a renovação ou a habilitação de linhas e de serviços de transporte coletivo.

§ 3º Para colocação do símbolo internacional de acesso nos veículos, as empresas de transporte coletivo de passageiros dependem da certificação de acessibilidade emitida pelo gestor público responsável pela prestação do serviço. (Brasil, 2015).

No Capítulo III, Da Tecnologia Assistida, fala-se que é garantido à pessoa com deficiência um conjunto de recursos para ampliação de habilidades funcionais. Neste seguimento, a tecnologia tem contribuído de forma visível para a inclusão e promovido uma vida mais independente, com mais qualidade, possibilitando otimizar resultados em diferentes áreas. Nessa acepção, o Art. 74 (Brasil, 2015) faz o seguinte levantamento: “Art. 74. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.”

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

Por conseguinte, progressivamente, entende-se que uma deficiência motora não é apenas uma condição estática, mas também depende do ambiente em que a pessoa vive. Nesse sentido, é necessário que o Estado possa oferecer condições para uma pessoa com comprometimento motor. Quando a cidade não é acessível, a pessoa com necessidades especiais tem sua locomoção restringida, limitada a poucos lugares, muitas vezes sem acesso ao transporte público, havendo privação de se chegar ao lugar desejado. O Art. 75 do Capítulo III (Brasil, 2015), expõe que:

Art. 75. O poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 4 (quatro) anos, com a finalidade de:

I - facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva;

II - agilizar, simplificar e priorizar procedimentos de importação de tecnologia assistiva, especialmente as questões atinentes a procedimentos alfandegários e sanitários;

Portanto, a lei em questão garante que a inclusão proporcione igualdade a todos os cidadãos, permitindo que eles desfrutem do mesmo nível de convívio social, acesso à locomoção, serviços em órgãos públicos, educação de qualidade e oportunidades de capacitação e inserção profissional. Como mencionado anteriormente, é essencial que todos os edifícios e projetos sigam a norma de construir acessos exclusivos que assegurem a entrada e a mobilidade adequadas.

Podemos considerar a Lei da Inclusão como uma medida recente, representando um passo importante para promover a inclusão plena e a acessibilidade para todos os membros da sociedade. Com isso, toda lei, para ser legitimada, precisa ser desenvolvida na prática, cabendo à população reivindicar a garantia para que esta lei não fique apenas na teoria.

Desta forma, esta pesquisa é resultado de indagações e análises de diálogo com diversos autores que não aponta para o encerramento de um estudo, mas sim para a eventualidade de novos questionamentos. Observa-se que tanto na literatura quanto na prática, a adaptação de alunos com comprometimento motor é uma tarefa desafiadora, sobretudo devido à falta de preparo adequado dos professores por parte dos órgãos competentes, bem como à ausência de infraestrutura adequada nas instituições para receber esses alunos.

Assim, a concretização da educação inclusiva requer um esforço conjunto e colaborativo. É amplamente reconhecido que, quando se trata da integração de alunos com deficiência

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

nas escolas, o papel do professor é fundamental para tornar esse processo eficaz. Vale ressaltar que as leis por si só não garantem o acesso e a permanência desse público na escola. Alcançar os objetivos da prática educativa inclusiva demanda mudanças nas concepções e atitudes de todo o corpo docente.

---

## **Capítulo 2 – Acessibilidade e Inclusão de Alunos com Deficiência Motora**

### **2.1. O Processo de Inclusão**

A inclusão de alunos com deficiência motora na educação contemporânea reflete os avanços e desafios enfrentados pela sociedade em relação à acessibilidade e igualdade de oportunidades. Neste capítulo, será explorada a questão da acessibilidade e inclusão desses alunos no contexto educacional. Serão abordadas as barreiras sociais e físicas enfrentadas por eles, bem como as políticas públicas e práticas educacionais que visam promover sua plena participação e desenvolvimento. Além disso, serão discutidos os benefícios da inclusão para toda a comunidade escolar, destacando-se a importância de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e acessível para todos.

### **2.2. Acessibilidade no Espaço Físico da Escola**

A acessibilidade no espaço físico da escola desempenha um papel indispensável na garantia da inclusão e igualdade de oportunidades para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência motora. A acessibilidade física proporciona a autonomia e independência dos alunos com deficiência motora, permitindo-lhes transitar pelo ambiente escolar sem enfrentar obstáculos ou limitações. Rampas adequadas, corrimãos, elevadores e banheiros adaptados são exemplos de medidas que facilitam o acesso e garantem a segurança desses alunos.

Segundo Caiado (2006), é necessário que a sociedade compreenda e confronte as barreiras sociais criadas culturalmente, as quais marginalizam os indivíduos com deficiência. O foco primordial deve ser a remoção dos obstáculos que limitam a autonomia de locomoção dessas pessoas. Para alcançar esse objetivo, é fundamental a implementação eficaz de políticas públicas destinadas a atender às necessidades das pessoas com deficiência. No entanto, lamentavelmente, tais políticas ainda são insuficientes na promoção da igualdade, já que as leis de acessibilidade não são universalmente aplicadas.

---

Nesta linha, promover a acessibilidade é eliminar as barreiras que, segundo Pires (2020):

[...] diferenciam as pessoas com e sem deficiência e equiparar, mesmo que fisicamente, as oportunidades entre todas as pessoas, proporcionando àquelas que têm deficiência o acesso à educação com igualdade de condições. Além do mais, o direito à educação para as pessoas com deficiência é indispensável para a equidade entre todos os indivíduos. A partir dessa percepção, a escola precisa estar preparada para receber os alunos com deficiência, tornando-se inclusiva. Sendo assim, o primeiro passo é fazer adaptações na infraestrutura, permitindo que os alunos com deficiência possam ter acesso a todos os espaços físicos da escola. (p. 2).

Pires (2020), enfatiza a importância da promoção da acessibilidade para garantir igualdade de oportunidades na educação para pessoas com deficiência. Ela destaca que promover a acessibilidade é eliminar as barreiras que existem entre pessoas com e sem deficiência, garantindo que todos tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais, mesmo que isso envolva adaptações físicas para equiparar as condições de acesso. O acesso à educação para pessoas com deficiência é descrito como um direito indispensável para alcançar a equidade entre os indivíduos.

Apesar da legislação garantir a acessibilidade nas escolas, a construção dos espaços ainda segue uma perspectiva centrada no aluno considerado "normal". As barreiras que limitam a aprendizagem e a participação vão além de meros obstáculos físicos, pois refletem valores sociais e favorecem alguns em detrimento de outros (Oliva, 2016).

Para Moreira (2020), a sociedade começa a reconsiderar as necessidades desses alunos, levando à criação de instituições especializadas que inicialmente os segregam em ambientes separados, sendo posteriormente introduzidos em salas de aula regulares. No ambiente escolar, a inclusão de alunos com deficiência motora enfrenta várias barreiras, como a inadequação do espaço físico para sua recepção. É necessário identificar essas barreiras físicas específicas em cada contexto, a fim de eliminá-las e garantir o acesso desses alunos a todos os ambientes escolares, garantido, assim, a integração das funções motoras, perceptivas e cognitivas, visando promover o equilíbrio e a harmonia do indivíduo em seu ambiente físico.

A acessibilidade no espaço físico está intrinsecamente ligada à psicomotricidade, pois ambos os conceitos buscam promover o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, especialmente daquelas com necessidades especiais, e deveria ser enfatizada na educação

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

infantil e na formação de professores, não apenas como um conteúdo importante para apoiar a aprendizagem, mas também como uma ferramenta para desenvolver a unidade corporal, a identidade e a autonomia intelectual e afetiva das crianças. É necessário reconhecer a importância de adotar uma abordagem contemporânea no trabalho com psicomotricidade na educação infantil, na qual tanto crianças quanto adultos se engajem em atividades lúdicas e brincadeiras. É fundamental que o jogo desempenhe um papel central nesse nível de ensino. No entanto, ao mesmo tempo, é preciso enfatizar a importância da intencionalidade do professor nessa perspectiva (Sacchi & Metzner, 2019).

### **2.3. Acessibilidade como Condição para o Acesso e Desenvolvimento do Aluno**

Em um contexto escolar, a acessibilidade significa garantir que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, tenham igualdade de oportunidades para participar das aulas, utilizar os recursos disponíveis e alcançar seu potencial máximo. Isso envolve não apenas a remoção de barreiras físicas, como escadas ou portas estreitas, mas também a adoção de tecnologias assistivas, adaptações curriculares e práticas pedagógicas inclusivas.

Rocha, Desidério e Massaro (2018), em seus estudos, perceberam a necessidade de capacitar os profissionais que supervisionam as crianças na escola, a fim de equipá-los com habilidades para promover a participação ampliada das crianças durante as atividades lúdicas realizadas nesse espaço. Além disso, é essencial que profissionais qualificados desenvolvam uma proposta para adaptar a escola, tornando-a acessível e segura para todos os alunos, em conformidade com os princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

O espaço físico escolar desempenha um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, influenciando diretamente o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos. Sua importância vai além de simplesmente abrigar salas de aula, pois é um ambiente que pode facilitar ou dificultar o aprendizado, dependendo de como é organizado e utilizado. A organização do tempo e dos espaços nas escolas é uma construção humana que se desenvolve ao longo da história e reflete as relações sociais

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

que ali ocorrem. Podemos considerar a possibilidade de modificar a estrutura física das escolas para torná-las espaços que promovam o desenvolvimento e a formação das crianças, respeitando-as como sujeitos de direitos (Souza & Souza, 2014).

Segundo Carvalho, Durand e Melo (2020):

Na revisão de publicações nacionais sobre a acessibilidade na escola, ficou clara a evolução da concepção de acessibilidade, passando da visão restrita de mudanças estruturais para uma abordagem psicossocial, destacando-se os conceitos de segurança e autonomia nos espaços, mobiliários e equipamentos. Enquanto a lei aponta avanços significativos que se distanciam do modelo médico da deficiência, no campo das experiências escolares ainda se destacam as dificuldades de acesso e permanência das pessoas com deficiência, pela recorrência de sentimentos de humilhação e invisibilidade. As práticas pedagógicas inclusivas que favorecem o desenvolvimento da acessibilidade ainda são pouco destacadas, havendo um maior empenho do aluno com deficiência em se adequar às normas e tempos escolares construídos num espaço que supõe que todos são iguais. (p. 66).

Os autores abordam a evolução do conceito de acessibilidade na escola, destacando como ele passou de uma visão limitada, focada apenas em mudanças estruturais, para uma abordagem mais abrangente e psicossocial. Anteriormente, a acessibilidade era frequentemente associada apenas à implementação de rampas e adaptações físicas, mas agora reconhece-se a importância de considerar também aspectos relacionados à segurança e autonomia nos espaços, mobiliários e equipamentos escolares. Os autores destacam que as práticas pedagógicas inclusivas, que são fundamentais para promover a acessibilidade, ainda recebem pouca ênfase. Muitas vezes, os alunos com deficiência são forçados a se adaptar às normas e ritmos escolares estabelecidos em um ambiente que presume a igualdade de todos os alunos, o que pode ser desafiador e injusto. Isso ressalta a importância de repensar as práticas pedagógicas e promover uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva, que atenda às necessidades individuais de todos os alunos.

## **2.4. Formação Continuada para a Capacitação dos Educadores na Escola**

Em um cenário educacional em constante evolução, onde novas tecnologias, metodologias e demandas sociais surgem regularmente, é essencial que os educadores

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

estejam sempre atualizados e capacitados para enfrentar os desafios do ambiente escolar. Para Rocha, Desidério e Massaro (2018, p.73) é “fundamental a formação dos profissionais que atuam com os alunos com deficiência motora na escola a fim de estimular as habilidades da criança e ampliar a sua participação nas atividades desse contexto”.

Para viabilizar a inclusão, são requeridas transformações culturais e de mentalidade. Independentemente do tipo de deficiência, esta deve ser avaliada com base na capacidade da pessoa de interagir com o ambiente de maneira autônoma. É essencial efetuar adaptações no espaço físico para aprimorar as condições de acessibilidade e garantir que todas as pessoas possam realizar suas atividades de forma desejada (Strelow, 2020).

Foi a partir dos anos 1970, que se iniciou a preparação inicial dos professores para a educação especial que ocorria nos cursos de Pedagogia, por meio de habilitações específicas relacionadas a diferentes deficiências e influenciadas por uma abordagem predominantemente técnica. Nos anos 1990, essas habilitações ainda eram mantidas nos cursos de Pedagogia, agora sob a denominação de "Educação Especial", o que se constituía como uma abordagem mais generalista na área (Michels & Lehmkuhl, 2016).

Durante esse período, a formação continuada fornecida aos professores de educação especial desempenhou um papel fundamental em diversos estados brasileiros, uma vez que a formação inicial capacitava apenas um número limitado de profissionais para atuar nessa área.

## **2.5. Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Motora**

O atendimento educacional especializado (AEE) para alunos com deficiência motora é planejado e implementado de acordo com as características individuais de cada aluno e pode envolver uma variedade de estratégias e recursos, tais como adaptações curriculares, uso de tecnologias assistivas, recursos pedagógicos específicos, acompanhamento terapêutico, entre outros. Para garantir a eficácia do AEE, é fundamental a colaboração e o trabalho conjunto entre professores especializados, equipe multidisciplinar, familiares e demais profissionais envolvidos na educação do aluno.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

Além disso, é importante que o ambiente escolar seja adequadamente adaptado e acessível, proporcionando condições favoráveis para a aprendizagem e participação dos alunos com deficiência motora (Mantoan, Prieto & Arantes, 2023). As Tecnologias de Informação e Comunicação podem tornar a escola mais inclusiva, principalmente para alunos com deficiência motora. Para Lopes (2022), a integração e o uso das TICs podem contribuir para o processo inclusivo das pessoas com necessidades especiais.

### Figura 1

*Adaptações para materiais escolares; higiene pessoal e alimentação*



Fonte: Lopes, 2022, p.32.

As TICs trazem uma contribuição importante para o desenvolvimento do aluno com deficiência motora. Mantoan, Prieto e Arantes (2023) reforça que o Atendimento Educacional Especializado deve ser entendido como o lócus privilegiado para a organização da oferta de ensino, destinado a educandos com deficiência, transtornos

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com o objetivo de promover o acesso, a participação e a aprendizagem desses educandos, em complementaridade à educação escolar regular.

Para que os alunos com deficiência neuromotora tenham oportunidades de se desenvolver na educação infantil, é essencial que recebam o Atendimento Educacional Especializado (AEE), possibilitando sua inclusão escolar. O AEE está estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF) e foi reafirmado duas décadas depois com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) em 2008, Júnior (2019), infere:

as práticas educacionais destinadas às crianças com deficiência física neuromotora devem oportunizar a socialização de habilidades: cognitivas, linguísticas, psicomotoras, dentre outras. As socializações que irão ocorrer nos centros de educação infantil, não deve ter a intenção de fragmentar a criança que possui essa condição, carecem possibilitar alternativas de vivências e/ou experiências para compreender o mundo, com múltiplos olhares e sentidos, na construção da relação existente entre a razão e a emoção, como também a partir da expressão verbal e corporal. (pp. 70-71).

Para o autor, as práticas educacionais voltadas para os alunos com deficiência motora neuromotora devem visar a socialização e o desenvolvimento de uma ampla gama de habilidades, incluindo as cognitivas, linguísticas, psicomotoras, entre outras. É importante que essas socializações ocorram nos centros de educação infantil sem a intenção de fragmentar a criança com essa condição, mas sim proporcionando alternativas de vivências e experiências que permitam uma compreensão mais completa do mundo, com múltiplos olhares e sentidos.

Segundo Tavares (2021), é primordial professores e educadores compreenderem as conexões entre as dificuldades de aprendizagem (DA) e o desenvolvimento motor, a fim de identificar, gerenciar e criar estratégias dentro do ambiente escolar que promovam o melhor desempenho individual de cada criança. Reconhecendo que as dificuldades enfrentadas por elas são singulares e requerem atenção especializada, essa compreensão é essencial para desenvolver programas que não apenas detectem sinais de DA relacionados a questões motoras, mas também empreguem a psicomotricidade como meio de prevenir ou reduzir as consequências das DA no desempenho escolar e na adaptação da criança ao ambiente. Ampliar a compreensão das DA, indo além do aspecto cognitivo

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

e considerando múltiplos fatores, como as relações entre habilidades motoras, é fundamental para garantir que a escola, a família e a comunidade reconheçam a necessidade de colaboração entre diferentes parceiros, como profissionais de saúde, professores, educadores e familiares, na busca das melhores estratégias para prevenir complicações mais graves e intervir nas necessidades já existentes.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

**PARTE II**  
**ESTUDO EMPÍRICO**

---

## Capítulo III – Marco Metodológico

### 3.1. Caminhos Metodológicos

No desenrolar da referida pesquisa, seguiu-se um caminho metodológico, com um conjunto de diretrizes, para que esta fosse executada de forma satisfatória. Lakatos e Marconi (2003) afirmam que “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar objetivos – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido.” (p. 83) Dessa forma, os procedimentos para realização da pesquisa aconteceram em duas etapas, na mesma proporção de importância.

Sabe-se que um trabalho científico se baseia em conhecimentos racionais, e o conhecimento racional, pode-se dizer, segundo Lakatos e Marconi (2019), é:

a) é constituído por conceitos, juízos e raciocínios e não por sensações, imagens, modelos de conduta etc. É evidente que o cientista depende do conhecimento sensível, já que sente perceber, formar imagens mentais de coisas, seres e fatos, entretanto, quando trabalha com o conhecimento racional, tanto o ponto de partida quanto o de chegada são ideias (hipóteses).

b) permite que as ideias que compõem possam combinar-se segundo um conjunto de regras lógicas, com a finalidade de produzir novas ideias (inferência dedutiva). Se, do ponto de vista estritamente lógico, essas ideias não são inteiramente novas, podem ser consideradas como tais, à medida que expressam conhecimento sobre os quais não se tem consciência antes do momento em que se efetua a dedução. (p.19).

### 3.2. Metodologia de Pesquisa

Nesse primeiro instante de elaboração e construção, optou-se por buscar fundamentos em autores relacionados à temática eleita, para que, posteriormente, ocorresse a configuração da parte prática. Com isso, a primeira divisão, no que se refere à abordagem, é a de que se trata de uma pesquisa de cunho qualitativo, em que são estudadas particularidades do objeto em estudo.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

A pesquisa é exploratória, com um viés qualitativo, devido à necessidade de compreender profundamente as percepções dos envolvidos na inclusão escolar, permitindo identificar nuances que métodos quantitativos poderiam não capturar.

Neste sentido, Denzin e Lincoln (2006) afirmam que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

A revisão bibliográfica serve de sustentação do referido estudo, tendo em vista que para avançar na realização de qualquer trabalho acadêmico, é necessário conhecer o que já foi exposto por diversos autores. Seguindo essa linha de pensamento, para Damázio (2018), a pesquisa bibliográfica levanta o conhecimento disponível na área, possibilitando que o pesquisador conheça as teorias produzidas.

No segundo instante, houve a realização de uma pesquisa de campo, em que, somada às pesquisas bibliográficas, se realizou a coleta de dados junto às pessoas, com o objetivo de analisar e interpretar dados e resultados sobre o objeto de estudo. Nessa lógica, para Gonçalves (2001), a pesquisa de campo “pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.” (p.67).

Quanto aos procedimentos técnicos de coleta de dados, utilizou-se uma entrevista estruturada, técnica de grande importância para reunir dados subjetivos, uma vez que algumas informações não podem ser obtidas somente por meio de revisão bibliográfica ou de observação. Segundo Richardson (1999):

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. (p. 56).

Logo, buscou-se compreender como vem se desenvolvendo o processo de inclusão escolar na referida unidade de ensino, e assim pôde-se ter uma visão científica do problema, sendo possível apresentar sugestões para as eventuais mudanças.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

A pesquisa teve como modelo de investigação o indutivo, que deve, segundo Lakatos e Marconi (2003), “se realizar em três fases: a observação dos fenômenos [...], descoberta da relação entre eles [...], generalização da relação [...]” (p. 87)

Quanto aos aspectos formais, o projeto respeita as questões éticas. Por este motivo, foi produzido, entregue e assinado por cada participante um termo de consentimento, que será anexado no corpo da referida pesquisa.

### **3.3. Participantes**

Participaram da pesquisa cerca de 20 professores que atuam em uma escola pública de Macapá, Amapá. Como critério de inclusão participaram professores que atuam diretamente com alunos com deficiência motora e cognitiva no Ensino Fundamental II.

### **3.4. Instrumentos, Procedimentos e Tabulação dos Resultados**

#### **3.4.1. Instrumentos**

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário com 19 questões abertas, sendo 5 questões sobre o perfil dos participantes e 14 questões sobre a acessibilidade e inclusão na escola.

Segundo Gil (2008), o questionário é uma técnica de investigação que permite a obtenção de informações de forma padronizada, facilitando a comparação e análise dos dados coletados. A padronização das perguntas garante que todos os respondentes sejam submetidos às mesmas questões, o que contribui para a validade e confiabilidade dos resultados. Além disso, o questionário pode ser aplicado a muitas pessoas, o que amplia a representatividade da amostra e a generalização dos achados.

A importância do questionário como instrumento de coleta de dados também é destacada por Malhotra (2012), que argumenta que ele permite a obtenção de dados quantitativos e qualitativos de maneira eficiente. Malhotra (2012) enfatiza que a construção de um

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

questionário deve seguir critérios rigorosos de elaboração, como a clareza das perguntas, a ausência de ambiguidades e a relevância dos itens em relação aos objetivos da pesquisa.

### **3.4.2. Procedimento de Recolha de Dados**

O procedimento de recolha de dados com os professores iniciou-se com a apresentação do projeto e do questionário à direção da escola com o intuito de garantir a transparência e a adesão institucional da pesquisa. A apresentação incluiu uma descrição detalhada dos objetivos do estudo, a importância da participação dos professores e a metodologia a ser utilizada. A direção da escola foi informada sobre a natureza voluntária da participação e as medidas de confidencialidade que seriam adotadas para proteger a identidade dos participantes. Após a apresentação, foi solicitada formalmente a autorização da direção para conduzir a pesquisa nas dependências da escola e com os professores da instituição.

Com a autorização da direção em mãos, o próximo passo foi organizar uma reunião virtual, utilizando a plataforma *Google Meet*, para apresentar a pesquisa aos professores participantes. A reunião foi agendada em um horário conveniente para todos, visando maximizar a participação. Durante a reunião, os professores foram informados sobre os objetivos da pesquisa, a importância de suas contribuições e os procedimentos que seriam seguidos para a coleta de dados. A apresentação também incluiu uma explicação detalhada sobre o questionário, destacando a estrutura das perguntas e a forma como os dados seriam utilizados. Este momento foi crucial para esclarecer dúvidas e obter o comprometimento dos professores com a pesquisa.

Para garantir a conformidade ética da pesquisa, foi necessário obter o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) de todos os participantes, garantindo que todos conheçam os pontos da pesquisa para que concordem voluntariamente em participar. O documento foi enviado por e-mail a todos os professores, juntamente com uma explicação detalhada sobre seu conteúdo. Os professores foram orientados a ler o TCLE cuidadosamente e a assinar digitalmente, caso concordassem em participar.

Com o TCLE devidamente assinado por todos os participantes, a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online, utilizando a plataforma *Google Forms*. O questionário foi elaborado de maneira a ser claro e objetivo, facilitando o preenchimento

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

pelos professores. O link para o questionário foi enviado por e-mail, juntamente com instruções detalhadas sobre como acessá-lo e preenchê-lo. A utilização do *Google Forms* permitiu uma coleta de dados eficiente e organizada, além de facilitar a análise posterior dos dados. Os professores tiveram um prazo determinado para responder ao questionário, garantindo que todos tivessem tempo suficiente para participar.

Após o término do prazo para a coleta de dados, os resultados foram compilados automaticamente pelo *Google Forms*, permitindo uma análise rápida e precisa. Os dados foram, então, exportados para softwares de análise estatística, onde foram codificados e analisados de acordo com os objetivos da pesquisa. A análise dos dados incluiu a verificação de consistência das respostas e a aplicação de técnicas estatísticas apropriadas para interpretar os resultados. Este procedimento garantiu que a pesquisa fosse conduzida de maneira rigorosa e que os dados coletados fossem válidos e confiáveis, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do estudo de mestrado.

### **3.4.3. Tabulação dos Resultados**

Depois do procedimento de recolha de dados, os resultados foram separados e iniciou-se a pré-análise, a qual envolveu a leitura flutuante dos dados. Durante esta fase, todas as respostas dos questionários abertos foram lidas várias vezes para obter uma compreensão geral do conteúdo. Esta leitura inicial permitiu identificar temas recorrentes e padrões nas respostas dos professores. Segundo Bardin (2011), a pré-análise é essencial para familiarizar o pesquisador com os dados e para definir as categorias de análise que serão utilizadas posteriormente. Nesta etapa, também foram feitas anotações e marcações preliminares que ajudaram a guiar a análise mais detalhada.

A seguir, foi realizada a exploração do material, que consistiu na codificação das respostas. A codificação envolveu a segmentação dos dados em unidades de significado, que foram, então, agrupadas em categorias temáticas. Cada unidade de significado foi identificada com base em palavras-chave, frases ou ideias que apareciam repetidamente nas respostas dos professores.

Bardin (2011) destaca que a codificação é um processo importante para transformar dados brutos em informações significativas. As categorias temáticas foram definidas de maneira

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

a refletir os principais tópicos abordados pelos professores, como desafios na prática docente, estratégias pedagógicas e percepções sobre o ambiente escolar.

Após a codificação, foi realizada a categorização, que envolveu a organização das unidades de significado em categorias mais amplas e significativas. Este processo permitiu agrupar as respostas de maneira coerente, facilitando a interpretação dos dados, e após cada categoria foram apresentados autores que dialogassem com os resultados.

### **3.5. Princípios Éticos**

A referida pesquisa busca uma abordagem que envolve seres humanos, onde estão envolvidos alunos, pais, gestores e professores. Por esse motivo, foi feita uma abordagem respeitando a identidade dos pesquisados, os quais assinaram um termo de consentimento com todos os esclarecimentos, de forma a assegurar a publicação dos resultados. Além disso, por se tratar de uma pesquisa que irá envolver alunos menores, será solicitado a aprovação pelo conselho de ética, resguardando, assim, toda e qualquer imagem dos pesquisados.

## Capítulo IV – Apresentação e Análise dos Resultados

Neste capítulo, será apresentado os resultados obtidos a partir da aplicação de um questionário com questões abertas aos professores participantes da pesquisa. A análise das respostas foi conduzida utilizando a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que permitiu organizar e interpretar os dados de maneira sistemática e objetiva. Participaram 20 professores e os resultados são relativos às recorrências que houveram em suas respostas, ou seja, um professor pode ter falado sobre mais de um fragmento de uma variável.

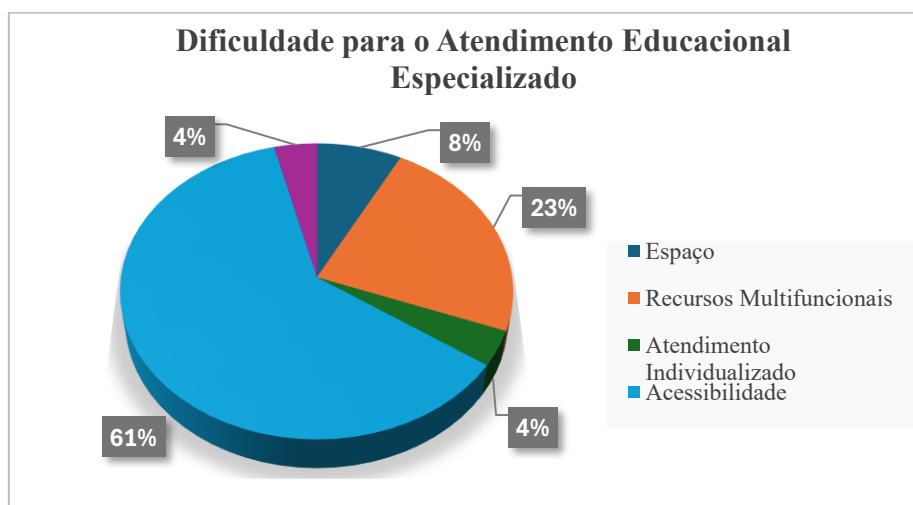
Os resultados aqui apresentados oferecem uma visão detalhada sobre os principais desafios enfrentados na acessibilidade das escolas públicas com o foco na inclusão das pessoas com deficiências motora em Macapá.

Foram elencadas cerca de 14 categorias, com suas respectivas subcategorias, que serão apresentadas, e, para cada recorrência, será dado entre 1 e 2 exemplos. Tanto nos gráficos quanto nas análises dissertativas, foram elencadas as recorrências para cada variável.

Em relação à primeira categoria “Dificuldade para o Atendimento Educacional Especializado” obtivemos os seguintes resultados:

### Gráfico 1

#### *Dificuldade para o Atendimento Educacional Especializado*



Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

**Tabela 1**

*Categoria: Dificuldade para o Atendimento Educacional Especializado*

	<i>n</i>	<i>%</i>	
Dificuldades para o Atendimento Educacional Especializado	Espaço	2	8
	Recursos Multifuncionais	6	23
	Atendimento Individualizado	1	4
	Acessibilidade	16	61
	Profissional da Saúde	1	4

Os dados mostram que 61% dos entrevistados relatam dificuldades de acessibilidade, e 23% trouxeram como problema no atendimento educacional especializado o uso dos Recursos Multifuncionais. A pesquisa destaca que a acessibilidade é um dos principais problemas que as escolas enfrentam, e isso inclui a acessibilidade com rampas, banheiros adaptados e atendimento especializado.

Na categoria “Dificuldade para o Atendimento Educacional Especializado”, obteve-se as subcategorias “Espaço”, “Recursos Multifuncionais”, “Atendimento Individualizado”, “Acessibilidade” e “Profissionais da Saúde”.

Os dados mostram que 80% dos entrevistados relatam dificuldades no acesso ao Atendimento Educacional Especializado, destacando barreiras relacionadas à falta de infraestrutura e capacitação docente.

Em relação à primeira subcategoria, “Espaço”, conforme relatado por dois professores, temos: (e.g. P1= “*As maiores dificuldades, são as escolas não terem um espaço adequado para receber uma criança com certas especialidades.*” e P3= “*As maiores são: a falta de envolvimento da família, a falta de preparo dos professores da sala regular, espaço físico para trabalhar, valorização do profissional do AEE.*”).

No que se refere à segunda subcategoria, “Recursos Multifuncionais”, 6 professores trouxeram suas perspectivas, e um deles chamou a atenção: (e.g. P1= “*Principalmente apoio de recursos que possam facilitar a acessibilidade desses alunos.*”).

O Atendimento Individualizado é uma subcategoria com apenas 1 recorrência: (e.g. P21 = “*Era o atendimento no cuidado individual.*”).

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

Já sobre a subcategoria “Acessibilidade”, dos 16 professores que responderam, o relato do professor cujo fragmento segue, nos apresenta: (e.g. P17 = *“Os professores enfrentam dificuldades na adaptação das atividades pros alunos com essas dificuldades, o que complica o aprendizado dos alunos. Além disso, a escola possui 2 andares, mas o elevador não funciona, então tanto alunos quanto professores cadeirantes não têm acesso ao segundo andar, justamente o que tem as salas de aula. Para isso, a escola improvisa salas de aulas no 1º andar, onde deveria ser destinado somente a outras salas como secretaria, diretoria, coordenação etc.”* e P23= *“Acessibilidade e adaptação dos espaços internos da escola/ Carência de cuidadores.”*).

Na escola há um problema na estrutura física, como não há rampa para o 2º andar, o elevador é a única forma de acesso e na maioria das vezes ele se encontra estragado, fazendo com que a escola remaneje todos os alunos de uma sala para o 1º andar.

Já em relação à categoria “Profissionais da Saúde”, obteve-se 1 recorrência: (e.g. P5= *“falta do profissional de Fisioterapia nas Redes de Saúde, os pais nunca conseguem, só na escola não é suficiente para desenvolver.”*).

Para Mantoan (2003), é importante que a escola tenha um ambiente adequado para a inclusão de alunos com deficiência motora. A infraestrutura das escolas deve ser adaptada para atender às diversas necessidades dos alunos, proporcionando um espaço acessível e seguro. A falta de um ambiente adequado pode comprometer significativamente o processo de aprendizagem e a inclusão desses alunos. Assim, as dificuldades relatadas pelos professores, como a falta de espaço adequado e a necessidade de valorização dos profissionais de Atendimento Educacional Especializado (AEE), refletem a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura escolar para promover uma educação inclusiva de qualidade.

No que tange aos Recursos Multifuncionais, Mantoan (2003), por sua vez, destaca a importância de recursos pedagógicos e tecnológicos para facilitar a acessibilidade e a aprendizagem de alunos com necessidades especiais. A autora argumenta que a utilização de recursos multifuncionais, como materiais adaptados e tecnologias assistivas, é importante para promover a inclusão e garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem.

As recorrências mencionadas pelos professores sobre a necessidade de apoio de recursos que facilitem a acessibilidade corroboram a visão de Mantoan (2006) sobre a importância

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

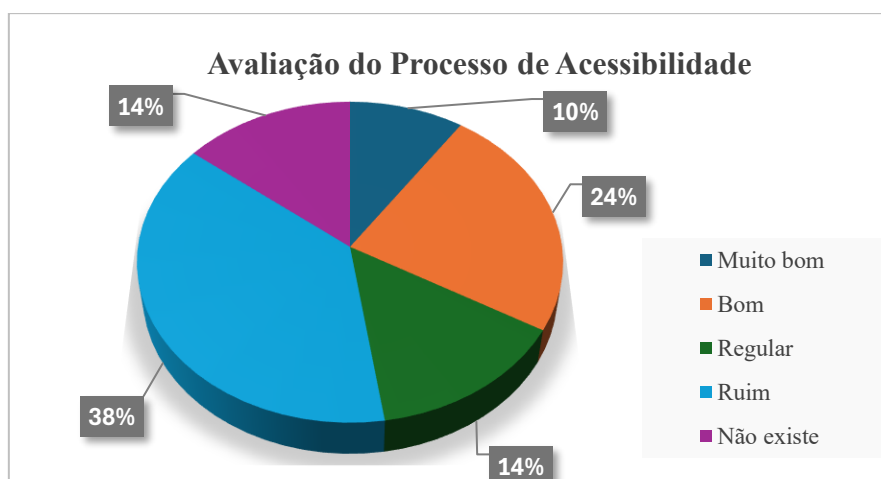
de investir em recursos pedagógicos adequados para atender às necessidades específicas de cada aluno.

Ainda dialogando com o que foi exposto, Sassaki (1997) aborda a importância de um atendimento individualizado e a colaboração entre profissionais da educação e da saúde para o desenvolvimento integral dos alunos com necessidades especiais. Sassaki (1997) ressalta que o atendimento individualizado é importante para atender às necessidades específicas de cada aluno, proporcionando um suporte personalizado que favorece o seu desenvolvimento.

Em relação à segunda categoria “Avaliação do Processo de Acessibilidade” obtivemos os seguintes resultados:

## Gráfico 2

*Avaliação do Processo de Acessibilidade*



## Tabela 2

*Categoria: Avaliação do Processo de Acessibilidade*

		<i>n</i>	<i>%</i>
Avaliação do Processo de Acessibilidade	Muito bom	2	10
	Bom	5	24
	Regular	3	14
	Ruim	8	38
	Não existe	3	14

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

No que se refere a avaliação do processo de acessibilidade, a grande maioria 52% acredita que não existe ou é ruim, esse resultado infelizmente demonstra um descaso para o processo de acessibilidade na escola.

Já em relação à subcategoria “Muito bom”, obteve-se 2 recorrências: (e.g. P13= *“Na escola que eu trabalho é muito bom. Apenas não disponibilizamos de elevador pois a escola é de altos. Ai é o entrave.”* e P16= *“A acessibilidade na minha escola é muito boa, porém algumas rampas de acesso são muito íngremes dificultando a locomoção individual do aluno, fazendo que o mesmo necessite de auxílio.”*).

No que se refere à segunda subcategoria “Bom”, obteve-se 5 recorrências: (e.g. P21= *“Bom. Apesar dos impasses, a escola se empenha em promover a acessibilidade, fazendo com que os alunos e professores não saiam no prejuízo.”*).

Em relação à terceira subcategoria “Regular”, obteve-se 3 recorrências: (e.g. P5= *“É bem precariada, visto que praticamente não existe aquisição de material tecnológico, nem equipamentos adaptados para esporte, pouca acessibilidade arquitetônica.”*, e P12= *“Média, pois muitas delas não disponibilizam um espaço totalmente acessível a esses alunos.”*).

Já na quarta subcategoria “Ruim”, obteve-se 8 recorrências: (e.g. P17= *“Deixa muito a desejar, muita coisa precisa ser feita. A inclusão tem que sair do papel e cumprir de fato o seu objetivo, que é a inclusão de todos em todos os aspectos.”*, e P19 = *“Ruim. A escola apresenta estrutura de baixa qualidade aos alunos portadores de deficiência motora, ou seja, não consegue atender às necessidades primordiais.”*).

Por fim, na última subcategoria “Não existe”, obteve-se 3 recorrências: (e.g. P11= *“A escola não tinha acessibilidade, como rampas, portas adequadas, cuidadores...”* e P20= *“As escolas têm que já estarem adaptadas para receber o público (alunos) para cada tipo de acessibilidade. O que geralmente não acontece. Então falta mais responsabilidade e comprometimento da gestão, a acessibilidade nas escolas.”*).

Fávero et al. (2009) enfatizam que, embora algumas escolas apresentem boas práticas de inclusão quando se trata de acessibilidade, essas ainda são insuficientes. Existem barreiras físicas que precisam ser superadas, como a ausência de elevadores e rampas inadequadas. As recorrências mencionadas pelos professores, como a falta de elevadores e rampas íngremes, refletem a necessidade de uma infraestrutura escolar que atenda de maneira abrangente às necessidades de acessibilidade.

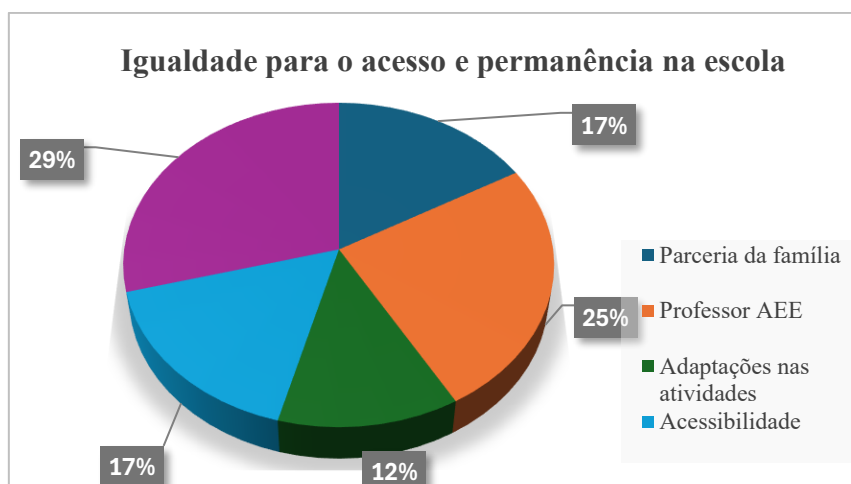
Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

Garcia (2014) destaca em seus estudos a importância do empenho das escolas em promover a acessibilidade, mesmo diante de desafios estruturais. Santos e Oliveira (2020) argumentam que a acessibilidade é um processo contínuo que requer o comprometimento de toda a comunidade escolar. As recorrências mencionadas pelos professores, como o esforço da escola em promover a acessibilidade, apesar dos impasses, corroboram a visão dos autores sobre a necessidade de um esforço coletivo para superar as barreiras e garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais. Esse empenho é fundamental para criar um ambiente inclusivo e acolhedor.

No que tange à terceira categoria “Igualdade para o acesso e permanência na escola” obtivemos os seguintes resultados:

### Gráfico 3

*Igualdade para o Acesso e Permanência na Escola*



### Tabela 3

*Categoria: Igualdade para o Acesso e Permanência na Escola*

	<i>n</i>	%	
Igualdade para o acesso e permanência na escola	Parceria da família	4	17
	Professor AEE	6	25
	Adaptações nas atividades	3	12
	Acessibilidade	4	17
	Não há	7	29

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

A permanência do aluno com necessidades especiais e a igualdade de acesso sempre foram temas de formações e questionamentos sobre sua aplicação. No caso dessa escola, infelizmente, 29% dos participantes alegam que não há e os demais, sinalizaram outros elementos importantes que garantiriam esse acesso, como a presença de professor especializado (25%) e acessibilidade (17%). Percebemos novamente que da maioria que disseram não existir, a acessibilidade é um tema recorrente.

Na categoria “Igualdade para o acesso e permanência na escola”, obteve-se as subcategorias “Parceria da família”, “Professor AEE”, “Adaptações nas atividades”, “Acessibilidade” e “Não há”.

Em relação à primeira subcategoria, “Parceria da família”, obteve-se 4 recorrências: (e.g. P5= *“Busca-se conhecer a realidade de cada criança e elaborar estratégias de atendimento flexibilizando de acordo com a realidade de cada um, procurando manter um bom relacionamento com o aluno, família e gestão.”* e P26= *“A equipe escolar juntamente com as famílias busca estratégias para solucionar os problemas.”*).

No que tange à segunda subcategoria, “Professor AEE”, contou-se com 6 recorrências: (e.g. P1= *“As escolas aceitam essas crianças, esses alunos, porém a sua permanência depende muito de ter um profissional na área para fazer o acompanhamento adequado.”* e P26= *“Em relação ao atendimento às escolas, a oferta de matrícula, participação e inclusão desses alunos nos projetos desenvolvidos na Instituição, formação dos profissionais AEE da educação.”*).

No que se refere à terceira subcategoria, “Adaptação nas atividades”, coletou-se 3 recorrências: (e.g. P21= *“Os alunos com necessidades específicas têm acesso ao AEE, mas não são limitados somente a essa sala, os professores também adaptam seus conteúdos e atividades para que eles possam frequentar o mesmo ambiente que seus colegas de classe e interagir com eles.”* e P20= *“Acontece sem discriminação, porém sabe-se que essa criança precisa estar inclusa, mas obedecendo suas limitações.”*).

No que concerne à quarta subcategoria, “Acessibilidade”, logrou-se 4 recorrências: (e.g. P19= *“Tenta-se inserir todos os alunos nas atividades escolares, porém pode-se notar que não há um planejamento adequado e sensibilização com os alunos não deficientes sobre a importância da inclusão.”* e P15= *“É algo desafiador o trabalho com Deficiência física, estude nas salas do térreo, garantido apoio educacional através do AEE.”*).

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

Já no que se refere à quinta subcategoria, “Não há”, conseguiu-se 7 recorrências: (e.g. P2 = “A escola ainda não é um espaço de igualdade.” e P3= “Não ocorre, pois a escola não disponibiliza recursos que sejam adaptados a esses alunos.”).

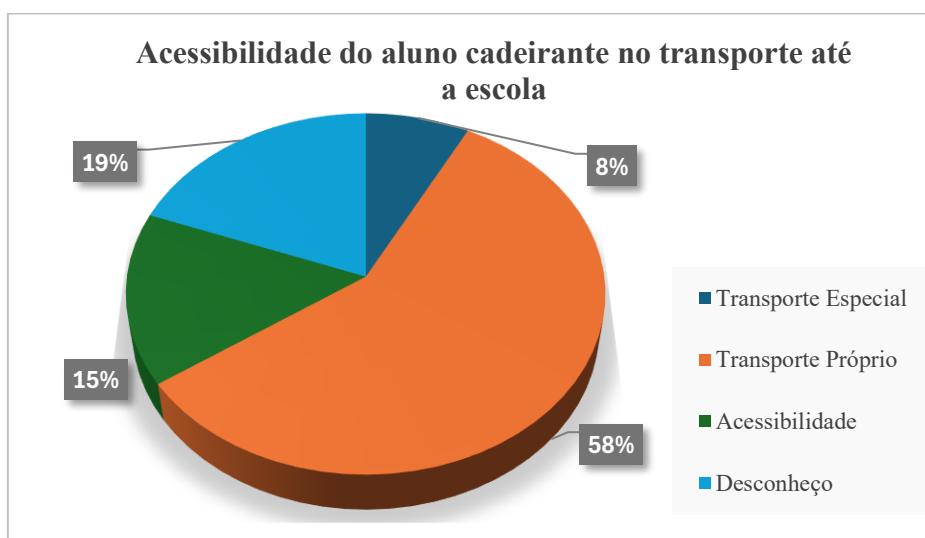
A igualdade de oportunidades se torna problemática quando apenas garante o acesso de pessoas com deficiência ou com desvantagens ao ambiente escolar comum, sem assegurar que essas pessoas possam permanecer e continuar seus estudos em todos os níveis educacionais, independentemente dos obstáculos que enfrentam, os quais não estão sob seu controle (Mantoan, 2007).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como objetivo promover a acessibilidade e atender às necessidades educacionais específicas dos estudantes que são o público-alvo da educação especial. Para garantir a igualdade no acesso e na permanência na escola, a oferta do AEE deve estar incluída no projeto político-pedagógico da instituição, abrangendo todas as etapas e modalidades da educação básica. Dessa forma, assegura-se o direito desses estudantes à educação plena e inclusiva. (Giancaterino, 2010).

Sobre a quarta categoria “Acessibilidade do aluno cadeirante” obtivemos os seguintes resultados:

#### Gráfico 4

*Acessibilidades do Aluno Cadeirante no Transporte até a Escola*



Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

**Tabela 4**

*Categoria: Acessibilidade do Aluno Cadeirante no Transporte até a Escola*

		<i>n</i>	<i>%</i>
Acessibilidade do aluno cadeirante no transporte até a escola	Transporte Especial	2	8
	Transporte próprio	15	58
	Acessibilidade	4	15
	Desconheço	5	19

Sobre a acessibilidade do aluno cadeirante, percebe-se que 58% desses alunos se deslocam por transporte próprio e o transporte especial só é oferecido a 8% dos alunos, o que demonstra que nem todos os cadeirantes tem esse transporte oferecido pela escola. A garantia dos direitos à Educação neste caso, não está sendo cumprida, tendo em vista que para acessar a escola a grande maioria dos cadeirantes precisam se deslocar sozinhos e que a ajuda do transporte especial, infelizmente, só atinge 2 alunos (8%) dos cadeirantes da escola.

Na categoria “Acessibilidade da criança cadeirante no transporte até a escola”, obteve-se as subcategorias “Transporte Especial”, “Transporte Próprio”, “Acessibilidade” e “Desconheço”.

No tocante à primeira subcategoria, “Transporte Especial”, alcançou-se 2 recorrências: (e.g. P1= “O transportador, em si, faz um treinamento para receber e acompanhar essas crianças durante a ida e volta para a escola, durante o ano letivo.” e P21= “A escola disponibiliza vans e ônibus para buscar os alunos em pontos próximos da sua casa.”).

Acerca da segunda subcategoria, “Transporte próprio”, conseguiu-se 15 recorrências: (e.g. P13= “Geralmente vem de carro próprio e na escola temos que auxiliá-lo no transporte a sua sala. Que geralmente a sala fica no primeiro piso por causa justamente do aluno cadeirante.” e P17= “Trabalho em uma escola de periferia, onde os pais levam o filho a pé, se tornando muito cansativo, e muitas vezes não dispõe de alguém que leve o aluno à escola.”).

No que corresponde à terceira subcategoria, “Acessibilidade”, coletou-se 4 recorrências: (e.g. P3= “Há a rampa de acesso na entrada da escola, mas essa circulação não é

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

*possível em todos os ambientes e espaços da escola.” e P6= “Com rampas, portas largas, banheiros grandes com barras, lugar no refeitório priorizado.”).*

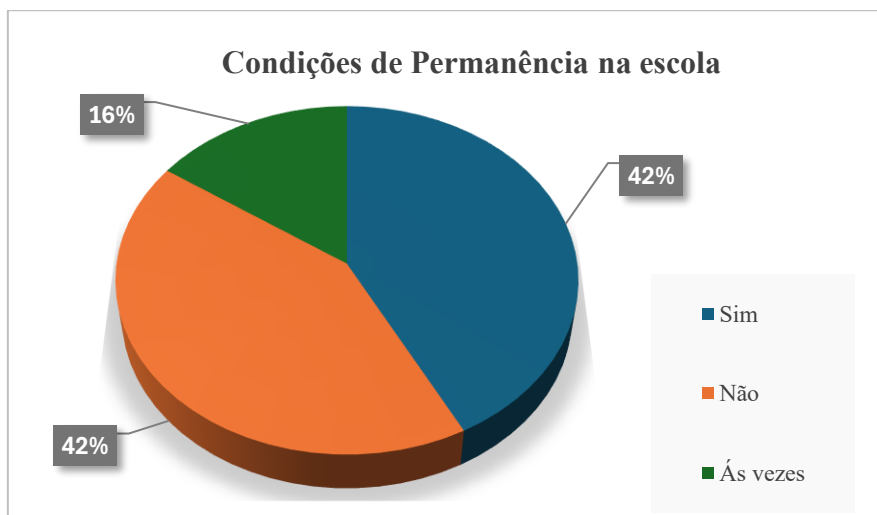
Em referência à última subcategoria, “Desconheço”, obteve-se 5 recorrências: (e.g. P12 = “Não temos alunos cadeirantes.” e P20= “Os transportes não possuem acesso a cadeirantes.”).

Diante o exposto, se faz necessário discorrer sobre a qualidade do ensino regular. Para Duque e Coelho (2022) as escolas enfrentam a tarefa complexa de se reinventar e encontrar novas formas de oferecer uma assistência que seja centrada nas necessidades dos alunos com deficiência e que promova o aprendizado. Esse esforço não deve se limitar apenas aos alunos com deficiência, mas também deve beneficiar todos os alunos regulares. Na verdade, a inclusão nas escolas envolve a criação de um sistema educacional único que atenda a todos os estudantes sem discriminação. Isso inclui desde a adaptação de infraestruturas, como a ampliação de portões para cadeirantes, até a qualificação dos profissionais para garantir a aprendizagem, mesmo diante das limitações dos alunos.

Em relação à quinta categoria “Condições de permanência na escola” obtivemos os seguintes resultados:

### Gráfico 5

*Condições de Permanência na Escola*



Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

**Tabela 5**

*Categoria: Condições de Permanência na Escola*

		<i>n</i>	<i>%</i>
Condições de permanência na escola	Sim	11	42
	Não	11	42
	Às vezes	4	16

Sobre as condições de permanência na escola o que nos chamou a atenção é que as respostas ficaram iguais, ou seja, quase a metade defendem que há um trabalho para reter esses alunos, já o restante não veem da mesma forma, o que demonstra a ausência de transparência nas informações. Esse resultado traz preocupação, tendo em vista que, ao longo da pesquisa, foram identificados vários problemas, tanto na acessibilidade quanto no aspecto pedagógico, no que se refere à promoção da inclusão.

Na categoria “Condições de permanência na escola”, obteve-se as subcategorias “Sim”, “Não” e “Às vezes”.

Em relação à primeira subcategoria, “Sim”, marcou-se 11 recorrências: (e.g. P1= “*Sim, dependendo de cada situação, ou seja, na escola em que eu trabalho nós temos uma profissional para um aluno com síndrome de Down, uma profissional exemplar, dedicada, e sempre está a fazer seu atendimento com ele, tem uma sala onde ela oferece atendimento durante a semana com o aluno.*” e P21= “*Por ser integral, a escola oferece almoço e lanche para os alunos, mas não tem uma estrutura ou sala específica para eles descansarem, o que é um problema por eles ficarem o dia inteiro na escola.*”).

No que diz respeito à segunda subcategoria, “Não”, adquiriu-se 11 recorrências: (e.g. P3 = “*Não, inclusive já tivemos um aluno com deficiência motora que abandonou a escola, porque não houve o cuidado em se fazer o máximo para mantê-lo na escola.*” e P23= “*Então, mesmo existindo dificuldades, os professores fazem de tudo para que a criança não desista.*”).

No que tange à segunda categoria, “Às vezes”, coletou-se 4 recorrências: (e.g. P10= “*Às vezes, pois são muitos os desafios enfrentados principalmente quanto ao transporte do aluno.*” e P15= “*Pouquíssimas, em geral a arquitetura das escolas não possuem condições de acessibilidade.*”).

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

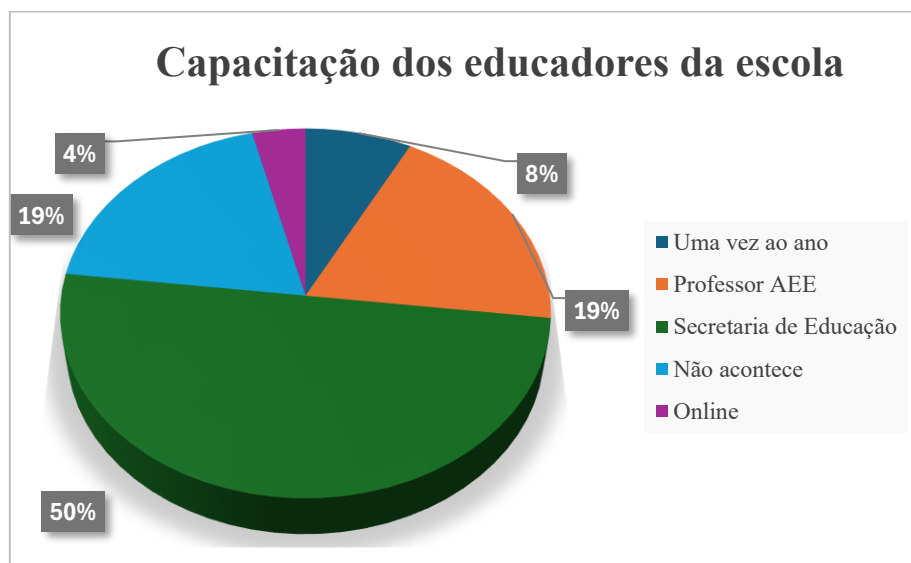
Para que o aluno com alguma necessidade inclusiva permaneça na escola, o professor precisa estar capacitado para desenvolver e implementar novas abordagens pedagógicas que atendam às suas necessidades específicas, incentivando o processo de aprendizagem e garantindo a sua continuidade na escola. Além disso, é fundamental que o educador esteja preparado para adaptar suas estratégias de ensino às diversas realidades e contextos dos alunos, promovendo um ambiente inclusivo e motivador. Isso implica não apenas em possuir conhecimentos técnicos e metodológicos, mas também em demonstrar sensibilidade e empatia para compreender e responder às diferentes demandas educacionais. Ao fazer isso, o professor contribui significativamente para a formação integral dos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios futuros com confiança e competência (Duque & Coelho, 2022).

Para Mantoan (2006), uma das habilidades essenciais que os professores devem desenvolver é a capacidade de reconhecer e valorizar as diferenças individuais dos alunos, entendendo como essas particularidades influenciam o processo pedagógico. Esse entendimento é fundamental para criar planos de ensino e métodos de avaliação que sejam adequados e sensíveis às características únicas de cada estudante. Todo programa de formação docente deve capacitar os professores a atenderem a diversidade presente nas salas de aula. Assim, o conhecimento dos educadores deve ir além da simples aceitação de que a sala de aula comum é apenas um espaço de socialização para alunos com necessidades educacionais especiais. É fundamental que os professores vejam a sala de aula como um ambiente onde todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam aprender e se desenvolver plenamente.

Em relação à sexta categoria “Capacitação dos educadores da escola” obtivemos os seguintes resultados:

## Gráfico 6

### Capacitação dos Educadores da Escola



## Tabela 6

### Categoria: Capacitação dos Educadores da Escola

		<i>n</i>	<i>%</i>
Capacitação dos educadores da escola	Uma vez ao ano	2	8
	Professor AEE	5	13
	Secretaria de Educação	13	50
	Não acontece	5	13
	Online	1	4

Em relação à capacitação dos educadores da escola, a maioria dos participantes alegam que os eventos são oferecidos pela Secretaria de Educação (50%), e para o restante dos participantes, resalta-se os que disseram ser feita por professores (13%) ou que não conhecem quem faz (13%). Mesmo a maioria afirmando ter essa formação oferecida pela Secretária de Educação, infelizmente, quando ocorre, o tema inclusão é tratado superficialmente, não aprofundando em nenhuma deficiência ou transtorno.

Na categoria “Capacitação dos educadores da escola”, obteve-se as subcategorias “Uma vez ao ano”, “Professor AEE”, “Secretaria de educação”, “Não acontece” e “Online”.

No que se refere à primeira subcategoria, “Uma vez ao ano”, granjeou-se 2 recorrências: (e.g. P1= “Uma vez ao ano.”).

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

Concernente à segunda subcategoria, “Professor AEE”, conseguiu-se 5 recorrências: (e.g. P5= *“Deu início após muita persistência da equipe do AEE, acontece aos sábados letivos.”* e P13 = *“Sim, todos os profissionais da escola no início, e de dois em dois meses passam, por formações.”*).

No que se refere à terceira subcategoria, “Secretaria de educação”, obteve-se 13 recorrências: (e.g. P14= *“Acontecem, porém com intervalos longos e sem muita objetividade.”* e P18= *“Sim, com o núcleo de educação especial da rede estadual com formação continuada.”*).

No que se refere à quarta subcategoria, “Não acontece”, adquiriu-se 5 recorrências: (e.g. P20= *“Não acontece. Os professores têm que buscar por vontade própria. Acontece somente para os professores do AEE.”* e P26= *“Não. Acontecem para a educação de ensino especial somente cursos de capacitação normal e sempre na capital.”*).

Já sobre a quinta subcategoria, “Online”, logrou-se 1 recorrência: (e.g. P19= *“Via remota (online).”*).

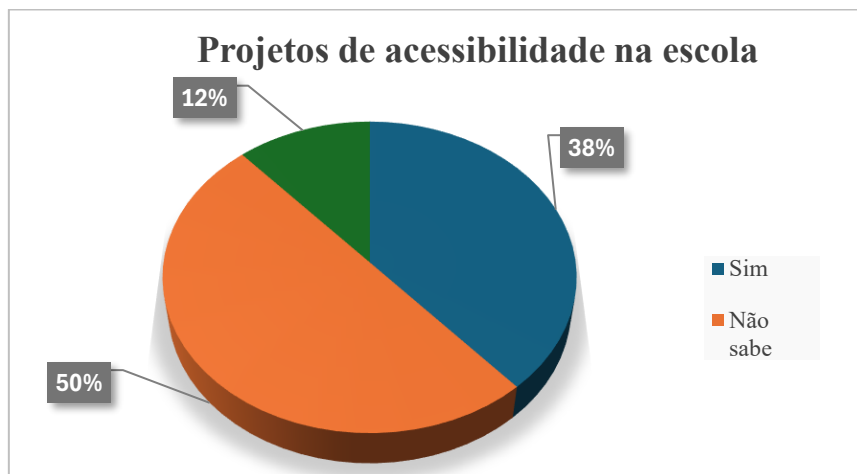
A capacitação dos professores para a inclusão é fundamental para que eles possam atender às necessidades de todos os alunos de maneira eficaz e sensível. No entanto, durante a formação em serviço, muitos professores inicialmente reagem aos métodos de ensino inclusivos e à pedagogia da diferença, pois estão acostumados a aprender de maneira fragmentada e instrucional. Eles esperam por uma formação que lhes ensine a lidar com alunos com deficiência, dificuldades de aprendizagem e/ou problemas de indisciplina. Em outras palavras, anseiam por um treinamento que lhes permita aplicar esquemas pedagógicos predefinidos em suas salas de aula, garantindo a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas. Muitos desses profissionais veem a formação como mais um curso de extensão ou especialização, com uma conclusão e um certificado que validem sua capacidade de ser um professor inclusivo. Essa não é uma visão ingênua, mas sim uma concepção equivocada do que é a formação em serviço e do que significa a inclusão escolar (Mantoan, 2015).

Em relação à sétima categoria “Projetos de acessibilidade na escola” obtivemos os seguintes resultados:

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

## Gráfico 7

### *Projetos de Acessibilidade na Escola*



## Tabela 7

### *Categoria: Projetos de Acessibilidade na Escola*

		<i>n</i>	%
Projetos de acessibilidade na escola	Sim	10	38
	Não	13	50
	Às vezes	3	12

Em relação aos projetos de acessibilidade na Escola, a maioria dos participantes (50%) afirmaram não existir, e esse reflexo pode ser percebido ao longo dos resultados. Infelizmente não há uma organização e projeto para atender as demandas dos alunos com necessidades especiais.

Na categoria “Projetos de acessibilidade na escola”, obteve-se as subcategorias “Sim”, “Não” e “Às vezes”.

Na primeira subcategoria, “Sim”, alcançou-se 10 recorrências: (e.g. P4= “*Sim, todas as vezes que tem formação sempre tem um assunto para abordar e repassar para os profissionais na área da Inclusão.*” e P17= “*Sim, principalmente voltado para a adaptação de atividades para alunos neuro divergentes.*”).

Na segunda subcategoria, “Não”, chegou-se a 13 recorrências: (e.g. P13= “*Não, ainda não tivemos formação nessa temática de acessibilidade.*” e P15= “*Não. Nota-se a*

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

*repetição do modelo de escola de tempo integral e não há uma ampliação quanto a abordagem de temas necessários a serem discutidos para as escolas.”).*

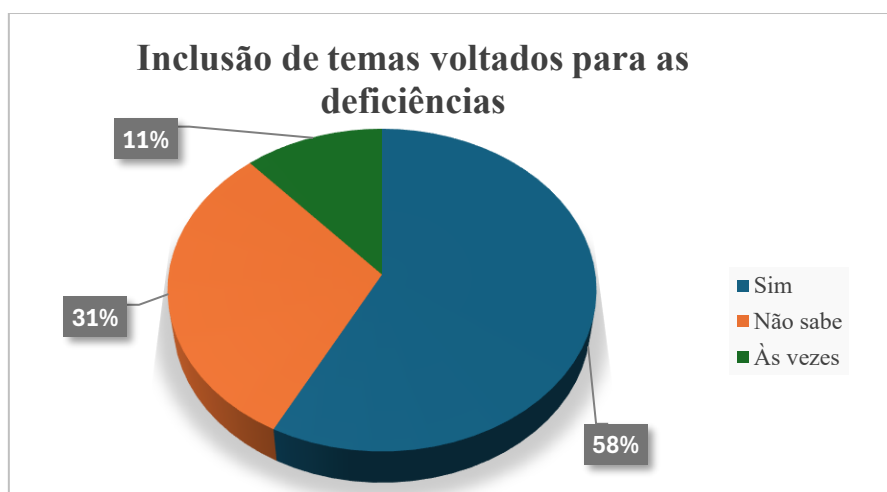
No que tange à terceira subcategoria, “Às Vezes”, ocorreu 3 recorrências: (e.g. P8= “Às vezes.” e P11= “Poucas experiências são compartilhadas em nossos encontros.”).

Pensar em inclusão requer cuidar do acesso do aluno com deficiência motora na escola. Segundo Guimarães et al. (2023) todo indivíduo tem direito ao lazer e à aprendizagem, e para que o processo de inclusão seja efetivo, é necessário implementar projetos e iniciativas de acessibilidade dentro da escola. Isso inclui adaptações físicas, como rampas e banheiros acessíveis, bem como recursos pedagógicos e tecnológicos que atendam às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Além disso, uma reflexão contínua por parte de todos os envolvidos na comunidade escolar, para identificar e realizar as modificações necessárias no ambiente educacional. Somente assim será possível criar um contexto escolar verdadeiramente inclusivo e acolhedor para todos.

No que se refere à oitava categoria: “Inclusão de temas voltados para as deficiências”, tem-se os resultados abaixo:

### Gráfico 8

*Inclusão de Temas Voltados para as Deficiências*



Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

**Tabela 8**

*Categoria: Inclusão de Temas Voltados para as Deficiências*

		<i>n</i>	<i>%</i>
Inclusão de temas voltados para as deficiências	Sim	15	58
	Não	8	31
	Às vezes	3	11

No que se refere à inclusão de temas voltados para as deficiências, 58% dos participantes dissertam que, quando há formação, eles são abordados, mas alguns participantes reforçaram que há muita repetição do que já foi dito, ou seja, não tem aprofundamento sobre as diversas deficiências e transtornos existentes.

Na categoria “Inclusão de temas voltados para as deficiências”, obteve-se as subcategorias “Sim”, “Não” e “Às vezes”.

Na primeira subcategoria, “Sim”, alcançou-se 15 recorrências: (e.g. P3= “*Sim, cada profissional, cada palestrante, eles sempre abordam cada tema nas suas referidas situações, nas suas palestras voltada ao ensino da inclusão.*” e P17= “*Sim, são apresentadas ideias e metodologias que provocam a inclusão dos alunos com essas necessidades.*”).

Na segunda subcategoria, “Não”, chegou-se a 8 recorrências: (e.g. P13= “*Não, são formações mais voltadas para o Atendimento Educacional Especializado-AEE, dificilmente tem formação nessa técnica.*” e P15= “*Não. Há somente a reiterada repetição sobre os conceitos norteadores de implantação da ETI.*”).

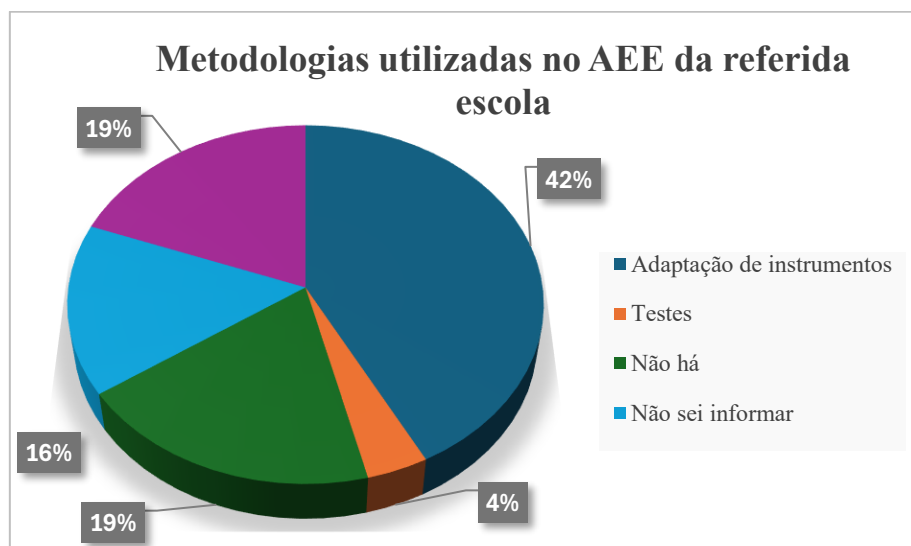
No que tange à terceira subcategoria, “Às vezes”, ocorreu 3 recorrências: (e.g. P8= “*Às vezes.*”, e P21= “*Às vezes quando possível.*”).

Diante o exposto, ressalta-se que a formação continuada dos professores deve ser uma responsabilidade dos sistemas educacionais que prezam pela qualidade do ensino. Esses sistemas devem garantir que os educadores estejam capacitados para desenvolver e implementar novas metodologias e práticas pedagógicas que atendam às características de todos os seus alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais. (Mantoan, 2006).

Já a nona categoria: “Metodologias utilizadas no AEE da referida escola”, tem-se os resultados abaixo:

## Gráfico 9

### *Metodologias Utilizadas no AEE da Referida Escola*



## Tabela 9

### *Categoria: Metodologias Utilizadas no AEE da Referida Escola*

		<i>n</i>	%
Metodologias utilizadas no AEE da referida escola	Adaptação de instrumentos	11	42
	Testes	1	4
	Não há	5	19
	Não sei informar	4	16
	Atendimento Individualizado	5	19

Em relação às metodologias utilizadas no AEE, as adaptações nos instrumentos foram um dos quesitos mais referidos, com 42% dos participantes. Já o atendimento individualizado, esse foi mencionado por 19%, enquanto 19% disseram que não há ou não souberam informar. A análise revelou que há um esforço dos professores de AEE em poder contribuir com o processo de aprendizagem dos alunos e que as adaptações são importantes para que o aproveitamento seja de fato mensurado.

Na categoria “Metodologias utilizadas no AEE da referida escola”, obteve-se as subcategorias “Adaptação de instrumentos”, “testes”, “Não há”, “Não sei informar” e “Atendimento individual”.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

No que se refere à primeira subcategoria, “Adaptação de instrumentos”, alcançou-se 11 recorrências: (e.g. P1= *“Metodologia do conhecimento, como receber um aluno com especialidade diferenciada, como fazer esse aluno se adaptar na escola, para ter e fazer o conhecimento do local onde ele irá ficar a maioria do tempo.”* e P6= *“As metodologias são adaptadas para cada necessidade especial, começa-se com uma anamnese, para identificar as principais necessidades e passar o desenvolvimento de metodologias mais adequadas às necessidades dos alunos.”*).

Na segunda subcategoria, “Testes”, chegou-se a 1 recorrência: (e.g. P8= *“São aplicados testes cognitivos para saber o grau do aluno.”*).

No tocante à terceira norma, “Não há”, aferiu-se 5 recorrências: (e.g. P14= *“Atualmente não existe um projeto especial.”* e P25= *“Nunca foi convidada a conhecer.”*).

No que se observa na quarta subcategoria, “Não sei informar”, conseguiu-se 4 recorrências: (e.g. P21= *“Não sei informar.”* e P22= *“Desconheço.”*).

Já na última subcategoria, “Atendimento Individual” logrou-se 5 recorrências: (e.g. P18 = *“No projeto político pedagógico, nas metodologias são traçadas metas como plano individual do aluno, e o PDI.”* e P23= *“O professor costuma fazer o acolhimento na sala específica e depois o acompanha junto com a turma.”*).

Para Negreiros (2014), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve apoiar o crescimento e desenvolvimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação em todos os níveis da educação brasileira. Isso inclui a educação de jovens e adultos, educação indígena, educação no campo e educação quilombola. Para isso, é essencial oferecer o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, tecnologia assistiva, além de adaptar e produzir materiais didáticos e pedagógicos conforme as necessidades particulares de cada estudante. Dessa forma, o AEE proporciona oportunidades para a complementação e suplementação curricular, atendendo às demandas específicas dos alunos.

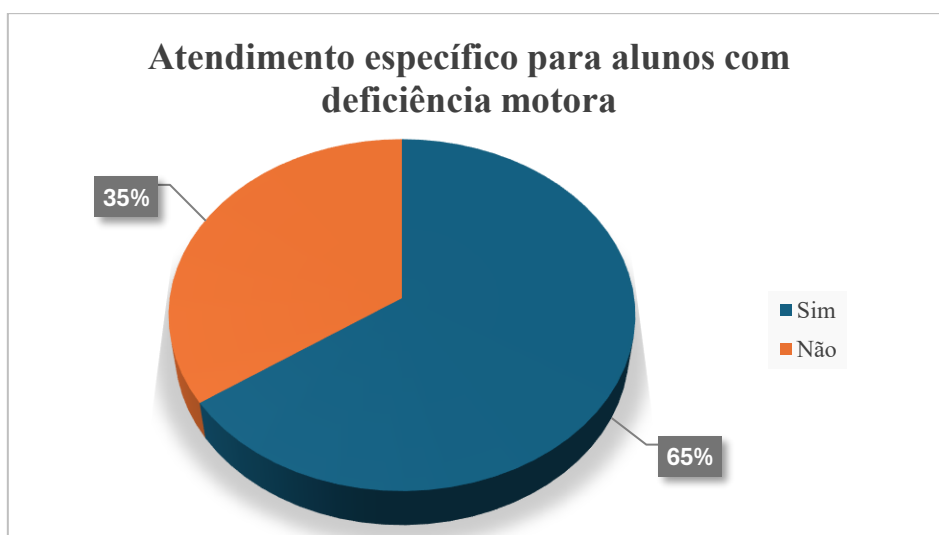
Para Costa (2012), as atividades realizadas no AEE são distintas das atividades da sala de aula regular e não substituem a escolarização tradicional. Em vez disso, o AEE complementa e/ou suplementa a formação dos alunos, promovendo sua autonomia e independência tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

Na décima categoria “Atendimento específico para alunos com deficiência motora” obtivemos os seguintes resultados:

### Gráfico 10

*Avaliação do Processo de Acessibilidade*



### Tabela 10

*Categoria: Atendimento Específico para Alunos com Deficiência Motora*

		<i>n</i>	<i>%</i>
Atendimento específico para alunos com deficiência motora	Sim	17	65
	Não	9	35

Na categoria “Atendimento específico para alunos com deficiência motora”, obteve-se as subcategorias “Sim” e “Não”.

No que concerne à primeira categoria, “Sim”, apurou-se 17 recorrências: (e.g. P3= “*Sim, a professora que atende o aluno vai dar o suporte junto com a direção escolar para que esse aluno sempre tenha um atendimento adequado, não só na escola, mas nas suas consultas ao médico, a professora tem o conhecimento de total responsabilidade de acompanhar esse aluno junto com a família.*” e P7= “*Estimulação precoce, atividade para o desenvolvimento da coordenação motora fina e grossa, etc.*”).

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

Já no que tange a segunda subcategoria, “Não”, tem-se 9 recorrências: (e.g. P14= “*Esse ano não temos nenhum aluno com dificuldade motora. Mas se tivesse, iríamos trabalhar com materiais adaptados.*” e P12= “*Dependendo da gravidade é necessário um melhor atendimento. Em geral, não há tratamento específico, todos recebem a mesma atenção.*”).

Para Bisol et al. (2019) quando se trata de alunos com deficiência motora severa, os professores precisam contar com uma rede de apoio especializada para planejar as adaptações curriculares necessárias e integrar recursos assistivos que promovam a aprendizagem e o sucesso escolar. Dada a importância dos cuidados médicos nessas situações, é comum que a escola acabe se focando mais no discurso médico, o que pode dificultar a implementação de ações pedagógicas essenciais para o aprendizado desses alunos.

Autores como Mantoan (2003) e Sacchi e Metzner (2019), acreditam que a inclusão escolar deve ser vista como um processo dinâmico que envolve a remoção de barreiras físicas e atitudinais, promovendo a autonomia e a independência dos alunos com deficiência motora.

No que se refere à décima primeira categoria “Planejamento Inclusivo para as necessidades específicas de cada aluno” obtivemos os seguintes resultados:

### Gráfico 11

*Planejamento Inclusivo para as Necessidades Específicas de cada Aluno*



Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

**Tabela 11**

*Categoria: Planejamento Inclusivo para as Necessidades Específicas de Cada Aluno*

		<i>n</i>	<i>%</i>
Planejamento Inclusivo para as necessidades específicas de cada aluno	Sim	23	88
	Não	3	12

Na categoria “Planejamento inclusivo para as necessidades específicas de cada aluno”, obteve-se as subcategorias “Sim” e “Não”.

No que se refere à primeira subcategoria, “Sim”, logrou-se 24 recorrências: (e.g. P14= “*Sim, os professores do AEE são responsáveis pelas orientações específicas de cada aluno, as orientações são repassadas nos dias de planejamento pedagógico e são realizadas quinzenalmente.*” e P18= “*Sim, porém com os professores do atendimento especial. Falta incluir nesse planejamento professores de sala de aula para que essa criança se sinta realmente inclusa.*”).

Já na última subcategoria, “Não”, houve 3 recorrências: (e.g. P19= “*Até o momento não observei.*” e P20= “*Geralmente os professores buscam por esse conhecimento sozinho.*”).

Segundo Santos (2019), o planejamento na Educação Inclusiva representa um momento importante em que o professor do atendimento especializado busca soluções para promover o desenvolvimento educacional e funcional do aluno com deficiência. Esse processo deve ser contínuo, permitindo ao educador não apenas selecionar as atividades a serem realizadas, mas também acompanhar de perto o progresso e as dificuldades do aluno. É essencial considerar a individualidade de cada estudante, seu modo único de agir, pensar e aprender, garantindo, assim, uma abordagem personalizada e eficaz.

Em relação à décima segunda categoria: Recepção do aluno em ambiente escolar, tem-se o seguinte resultado:

## Gráfico 12

### Recepção do Aluno em Ambiente Escolar



## Tabela 12

### Categoria: Recepção do Aluno em Ambiente Escolar

		<i>n</i>	%
Recepção do aluno em ambiente escolar	De forma inclusiva	23	88
	Não há acolhimento	2	8
	Desconhecimento	1	4

Na categoria “Recepção da criança em ambiente escolar”, obteve-se as subcategorias “De forma inclusiva”, “Não há acolhimento” e “Desconhecimento”.

No que corresponde à primeira categoria, “De forma inclusiva”, angariou-se 23 recorrências: (e.g. P14= “Acolhida calorosamente em uma sala equipada e socializar no ambiente escolar, ou seja, sem isolamento dos demais alunos.” e P21= “A equipe da escola realiza o acolhimento dos alunos todos os dias, ou seja, recepcionados e ouvidos quanto às suas dúvidas ou necessidades. A coordenação está sempre disposta a ouvi-los também.”).

Quanto à segunda categoria, “Não há acolhimento”, colheu-se: (e.g. P3= “Infelizmente não há acolhimento por parte dos colegas, inclusive nossos alunos sofrem bullying.” e

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

P11= “*Muitas vezes sem esse olhar específico.*”). Na última categoria, “Desconheço”, ocorreu 1 recorrência: (e.g. P22= “*Desconheço.*”).

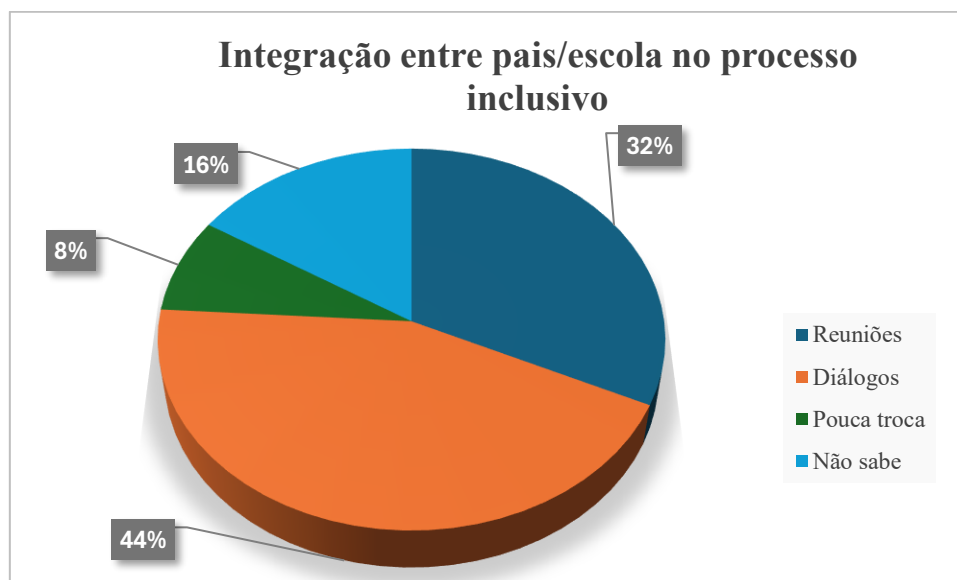
Segundo Ortiz (2000), o acolhimento envolve aspectos do dia a dia, ocorrendo constantemente, seja na recepção dos alunos na entrada da escola, no olhar atento dos educadores, na resolução de problemas cotidianos, entre outros momentos. Ao acolher, demonstramos ao outro que ele é bem-vindo, valorizado e importante naquele ambiente.

Para Rinaldi (2002), o ambiente escolar precisa ser um espaço que acolha tanto o indivíduo quanto o grupo, promovendo a ação e a reflexão. Uma escola ou creche é, acima de tudo, um sistema de relações em que crianças e adultos não são apenas formalmente apresentados e organizados, refletindo nossa cultura, mas também têm a oportunidade de criar uma nova cultura. É fundamental estabelecer uma escola ou creche onde todos se sintam bem-vindos, um lugar que favoreça o desenvolvimento de relações.

No que se refere à décima terceira categoria: Integração entre pais/escola no processo inclusivo, tem-se os resultados:

### Gráfico 13

*Integração entre Pais/Escola no Processo Inclusivo*



Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

**Tabela 13**

*Categoria: Integração entre Pais/Escola no Processo Inclusivo*

		<i>n</i>	<i>%</i>
Integração entre pais/escola no processo inclusivo	Reuniões	8	32
	Diálogos	11	44
	Pouca Troca	2	16
	Não sabe	4	32

A integração dos pais/escola para a garantia do processo inclusivo é primordial. Dos professores que participaram, cerca de 44% disseram que o diálogo e reuniões (32%) sempre proporcionam essa inclusão, o que reforça a importância da parceria escola e família.

Na categoria, “Integração entre pais/escola no processo inclusivo”, obteve-se as subcategorias “Reuniões”, “Diálogos”, “Pouca troca” e “Não sabe”.

No que se refere à primeira subcategoria, “Reuniões”, logrou-se 8 recorrências: (e.g. P1= “Os pais sempre estão na escola, nossa escola funciona como: a família e a escola, principalmente para os alunos que têm necessidades especiais, eles sempre são comunicados de tudo que iria acontecer.” e P10= “Por meio da participação nos eventos, palestras desenvolvidas, sensibilização da comunidade, acolhimento, socialização sobre o desenvolvimento dos alunos.”).

No que tange a segunda subcategoria, “Diálogos”, chegou-se a 11 recorrências: (e.g. P4= “Família e escola são o pilar principal nesse processo, ambos sempre trocam ideias e conhecimentos.” e P13= “Sim, diálogo, conversas informais, mesa redonda. Encontros pedagógicos com direção, coordenação, professores do regular e professores do AEE.”).

No que se refere à terceira subcategoria, “Pouca troca”, tem-se 2 recorrências: (e.g. P7= “Existe pouca troca entre os professores e família, pois a maioria dos pais ainda estão em processo de descoberta e aceitação das características da criança” e P24= “Não há essa integração. Os pais não têm uma conversa direta com os professores e sim com o serviço pedagógico.”).

Já na quarta categoria, “Não sabe”, obteve-se 4 recorrências: (e.g. P12 e P19= “Não sei responder.”).

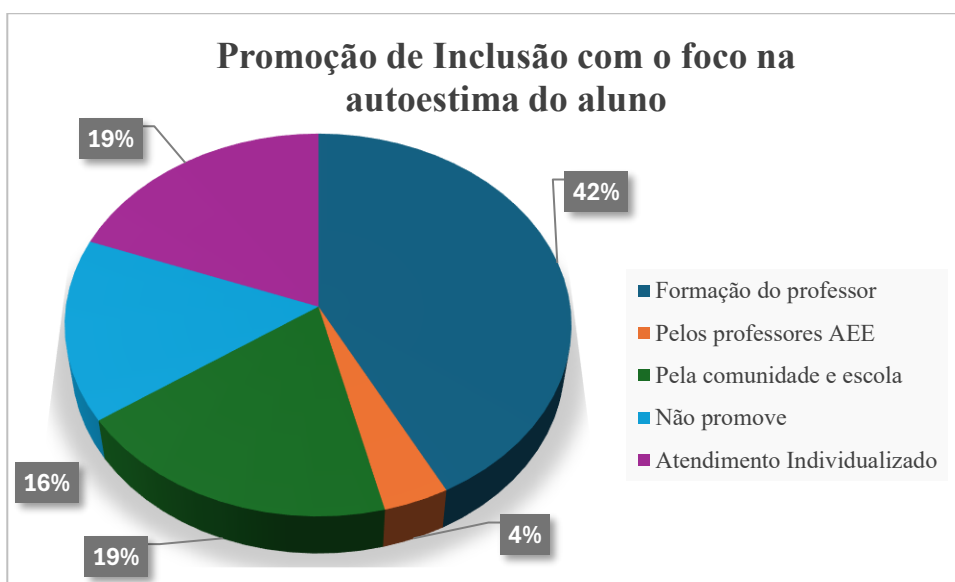
Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

Diante dos resultados, e conforme Mantoan (2015), a escola precisa oferecer um ensino de alta qualidade, capaz de formar indivíduos inclusivos, buscando sempre a interação entre os alunos e utilizando as disciplinas como ferramentas para compreender melhor o mundo e as pessoas ao nosso redor. Além disso, é essencial envolver as famílias e a comunidade como parceiras na elaboração e execução do projeto escolar.

No que se refere à última categoria: Promoção de inclusão com o foco na autoestima do aluno, tem-se os resultados:

### Gráfico 14

*Promoção de Inclusão com o Foco na Autoestima do Aluno*



### Tabela 14

*Categoria: Promoção de Inclusão com o Foco na Autoestima do Aluno*

		<i>n</i>	%
Promoção de inclusão com o foco na autoestima do aluno	Formação do professor	17	65
	Pelos Professores AEE	3	12
	Pela comunidade e escola	4	15
	Não promove	1	4
	Não há	1	4

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

No que se refere à Promoção de Inclusão com o foco na autoestima, o que mais chamou a atenção foi o processo de formação do professor, mencionado por 65% dos participantes que acreditam que a informação pode contribuir com o processo de inclusão do aluno.

Na categoria, “Promoção de inclusão com o foco na autoestima do aluno”, obteve-se as subcategorias “Formação de professores”, “Pelos professores AEE”, “Pela comunidade e escola”, “Não promove” e “Não há”.

No tocante à primeira subcategoria, “Formação do professor”, alcançou-se 17 recorrências: (e.g. P1= “*A escola em si, ela tem um diferencial, ou seja, temos alunos com necessidades diferentes, mas eles sempre são incluídos nos projetos, nas reuniões, nas palestras educativas, nas oficinas, sempre é para o bem deles, para que eles se sintam bem no meio dos colegas.*” e P11= “*Era através do diálogo, hoje temos as formações que a secretária de educação realiza e as formações online, onde o professor se inscreve e participa.*”).

Acerca da segunda subcategoria, “Pelos professores AEE”, conseguiu-se 3 recorrências: (e.g. P3= “*Na sala do AEE o acolhimento é feito de forma humanitária, onde fazemos nossos alunos se sentirem valorizados.*” e P7= “*A criança é inserida em sua sala regular e atendida pelo professor do AEE.*”).

No que corresponde à terceira subcategoria, “Pela comunidade e escola”, coletou-se 4 recorrências: (e.g. P5= “*Buscamos promover sensibilização, conscientização com todas as turmas e funcionários da escola com temas voltados para a diversidade, inclusão, respeito, cuidado etc.*” e P12= “*De maneira sucinta com a participação de todos do ambiente escolar.*”).

No tocante à quarta subcategoria, “Não promove”, tem-se 1 recorrência: (e.g. P2= “*A escola não tem o cuidado de promover a autoestima dos alunos.*”). Já na quinta subcategoria, “Não há”, marcou-se 1 recorrência: (e.g. P19= “*Não.*”).

A promoção da inclusão escolar com foco na autoestima dos alunos é um tema de crescente importância na educação contemporânea. Segundo Silva e Silveira (2008), a inclusão efetiva não se limita apenas à adaptação física do ambiente escolar, mas também envolve a criação de um espaço onde todos os alunos se sintam valorizados e respeitados. A autoestima dos alunos é fortalecida quando eles percebem que suas diferenças são reconhecidas e celebradas e não vistas como obstáculos. Para isso, é fundamental que os educadores adotem práticas pedagógicas que promovam a participação ativa de todos os

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

estudantes, incentivando a colaboração e o respeito mútuo. Essas práticas incluem a utilização de metodologias diversificadas que atendam às necessidades individuais dos alunos, além da promoção de um ambiente escolar acolhedor e seguro.

Para Souza e Souza (2014), a construção de uma rede de apoio que envolva todos os atores do processo educativo é importante para garantir que os alunos se sintam apoiados e motivados. A participação ativa dos pais e da comunidade no cotidiano escolar contribui para a criação de um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

---

## Conclusões

Esta dissertação analisou a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá, com o objetivo de investigar as condições de acesso e a permanência desses alunos no ambiente escolar.

Para responder a esse objetivo, os objetivos específicos surgem para clarificar melhor o processo de inclusão. Em relação ao primeiro objetivo específico, analisar se a escola está ofertando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, os resultados mostram uma dualidade na percepção dos professores. Enquanto 25% dos participantes destacam a importância do professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e 17% mencionam a acessibilidade como fator que garante esse acesso, uma parcela significativa de 29% afirma que a igualdade não é uma realidade na instituição.

Essa divergência sugere que, embora existam esforços para promover a inclusão, a escola ainda enfrenta desafios para criar um ambiente verdadeiramente equitativo para todos os alunos. As dificuldades relatadas incluem a falta de recursos adaptados, a necessidade de um planejamento mais adequado e a sensibilização sobre a importância da inclusão, indicando que a escola precisa avançar na implementação de práticas inclusivas que atendam às necessidades específicas de cada aluno.

Os dados também apontam para a relevância da parceria entre a família e a escola como garantia de igualdade de acesso e permanência. A colaboração entre a equipe escolar e as famílias na busca por estratégias para solucionar problemas é demonstrada como ponto positivo para o processo inclusivo. Infelizmente, os resultados demonstraram que a escola ainda não é um espaço de igualdade para todos, com relatos de falta de recursos adaptados e ausência de um planejamento adequado.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de um esforço conjunto para transformar a escola em um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver.

O segundo objetivo específico da pesquisa foi analisar como ocorre o processo de formações, capacitações e formações continuadas dos educadores. Esse processo, segundo os participantes, ocorrem em sua maioria pela Secretaria de Educação que desempenha um papel central na oferta de formações e capacitações para os educadores

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

da escola, sendo mencionada por 50% dos participantes como a principal fonte de desenvolvimento profissional.

No entanto, a pesquisa também revela que essas formações nem sempre são objetivas e podem ocorrer com longos intervalos, o que compromete a sua eficácia. Além disso, alguns professores relatam que as formações são mais voltadas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e raramente abordam temas relacionados à acessibilidade e às necessidades específicas dos alunos com deficiência motora. Percebemos que essa lacuna na formação dos educadores pode dificultar a implementação de práticas inclusivas e a criação de um ambiente escolar verdadeiramente acessível para todos.

Já sobre o terceiro objetivo específico, verificar como se desenvolve o atendimento educacional especializado dos alunos com necessidades educativas especiais, os resultados demonstraram que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola se desenvolve principalmente por meio da adaptação de instrumentos e atividades, mencionada por 42% dos participantes.

Essa adaptação é vista como uma forma de atender às necessidades específicas de cada aluno e garantir o seu acesso ao currículo. No entanto, a pesquisa também aponta para a falta de projetos especiais e metodologias específicas para o AEE, com 19% dos participantes relatando que não há ou não sabem informar sobre a existência de tais iniciativas.

Essa constatação sugere que o AEE na escola precisa de um planejamento mais estruturado e uma formação mais aprofundada para os professores que atuam na sala. Embora a pesquisa destaque a importância do atendimento individualizado, infelizmente nem todos os alunos têm acesso a esse atendimento.

No que refere ao quarto objetivo específico, verificar como o aluno com necessidades educativas especiais vem construindo suas subjetividades e sua autoestima, os resultados demonstraram que a escola busca promover a inclusão com foco na autoestima dos alunos, principalmente por meio da formação dos professores, mencionada por 65% dos participantes.

Essa formação é vista como uma forma de sensibilizar os educadores sobre a importância de valorizar as diferenças individuais e de criar um ambiente escolar acolhedor e respeitoso. No entanto, a pesquisa também revela que a promoção da autoestima dos

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

alunos nem sempre é uma prioridade na escola, com relatos de falta de cuidado e de ausência de ações específicas para fortalecer a autoconfiança e o bem-estar dos estudantes. Essa constatação traz a reflexão sobre os avanços que a escola precisa ter para a implementação de práticas que promovam a autoestima e a valorização das diferenças individuais.

Esta pesquisa aponta que a infraestrutura escolar e a capacitação dos docentes são determinantes para a eficácia da inclusão de alunos com deficiência motora. Para garantir uma inclusão plena, é essencial que as políticas públicas não apenas exijam, mas fiscalizem a implementação de adaptações adequadas.

Os resultados revelaram que a escola, apesar de apresentar avanços em relação à acessibilidade física, ainda enfrenta desafios significativos para garantir a inclusão dos alunos com deficiência motora, como foi colocado por alguns professores. A falta de elevadores em prédios com múltiplos andares, rampas com inclinação inadequada e a ausência de adaptações em banheiros e outros espaços da escola foram apontados como barreiras que impedem a locomoção independente e segura desses alunos.

Além disso, a pesquisa evidenciou a necessidade de investimentos em recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados, bem como na formação continuada dos professores para atender às necessidades específicas desses estudantes.

A análise das respostas dos participantes, também nos traz a importância da participação da família e da comunidade no processo de inclusão. A colaboração entre a escola, os pais e a comunidade, é fundamental para criar um ambiente acolhedor e que promova a autoestima e o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência motora.

A pesquisa apontou para a necessidade de fortalecer os laços entre a escola e as famílias, por meio de uma comunicação mais efetiva e da criação de espaços de diálogo e participação.

Outro aspecto relevante destacado pela pesquisa foi a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para complementar o ensino regular e garantir a aprendizagem dos alunos com deficiência motora e intelectual. A pesquisa evidenciou, ainda, a necessidade de ampliar a oferta do AEE na escola, garantindo que todos os alunos que necessitam desse atendimento tenham acesso a ele, além da qualificação aos profissionais que atuam no AEE e professores regulares por intermédio da formação continuada ministrada por especialistas, com foco nas especificidades da inclusão.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

Com os resultados foi possível evidenciar, ainda, a necessidade da aquisição de recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados, de modo a contribuir no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

No que se refere às limitações desta pesquisa, destaca-se o fato de ter sido realizada em uma única escola, o que impede a generalização dos resultados para outras realidades, além de se concentrar apenas no viés dos professores.

Para pesquisas futuras é importante ampliar a investigação para incluir a perspectiva dos alunos com deficiência motora, seus familiares e outros membros da comunidade escolar.

Estas podem se aprofundar na análise das políticas públicas de inclusão, investigando como as diretrizes nacionais são implementadas no contexto local e quais os desafios enfrentados pelas escolas para garantir a acessibilidade e a inclusão de alunos com deficiência motora.

A pesquisa sugere que o investimento em formação continuada para educadores e a reestruturação da infraestrutura escolar são essenciais para garantir a inclusão plena. Além disso, recomenda-se a criação de fóruns entre pais, professores e gestores para discutir e planejar estratégias inclusivas.

A reflexão sobre as barreiras físicas, sociais e atitudinais que podem limitar a participação plena desses alunos no contexto educacional é essencial. Ao longo deste estudo, discutiu-se a importância de considerar as necessidades específicas dos alunos com deficiência motora, bem como as estratégias e recursos que podem ser empregados para promover sua participação ativa e seu sucesso acadêmico.

Desde adaptações físicas no ambiente escolar até o desenvolvimento de abordagens pedagógicas inclusivas, há uma variedade de medidas que podem ser adotadas para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação.

A acessibilidade e a inclusão de alunos com deficiência motora não são apenas uma questão de cumprimento de legislação ou oferta de assistência básica, mas sim um compromisso com a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade.

Ao reconhecer e enfrentar os desafios associados à deficiência motora, estamos construindo uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

## Referências Bibliográficas

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Beyer, H. O. (2003). A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. *Revista Educação Especial*, 2(22), 13-44.

Biderman, C., & Arvate, P. (2005). *Economia do setor público no Brasil*. Elsevier.

Bisol, C. A., Valentini, C. B., Stangherlin, R. G., & Bassani, P. P. P. (2018). Desafios para a inclusão de estudantes com deficiência física: uma revisão de literatura. *Conjectura: filosofia e educação*, 23(3), 601-619. [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-46122018000400010&script=sci\\_arttext](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-46122018000400010&script=sci_arttext)

Brasil (1978). Emenda Constitucional nº 12/1978, de 17 de outubro, do Congresso Nacional. (1978). Diário Oficial da União: 17/10/1978. <https://www.planalto.gov.br>

Brasil (1990). Lei n.º 8069/1990, de 13 de julho, da Presidência da República. (1990). Diário Oficial da União: 13/07/1990. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

Brasil (1999). Decreto nº 3.298/1999, de 20 de dezembro, da Presidência da República. (1999). Diário Oficial da União: <https://www.planalto.gov.br>

Brasil (2000a). Lei n.º 10048/2000, de 8 de novembro, da Presidência da República. (2000). Diário Oficial da União: 8/11/2000. <https://www.planalto.gov.br>

Brasil (2000). Lei n.º 10.098/2000, de 19 de dezembro, da Presidência da República. (2000). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm)

Brasil (2001). Decreto nº 3.956/2001, de 8 de outubro, da Presidência da República. (2001). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)

Brasil (2004). Decreto nº 5.296/2004, de 2 de dezembro, da Presidência da República. (2004). <https://www.planalto.gov.br/>

Brasil (2008a). Decreto Legislativo nº 186/2008, de 10 de julho, do Congresso Nacional. (2008a). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm)

Brasil (2008b). Ministério da Educação. (2008). *Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008*. Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva. MEC. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/.pdf>

Brasil (2008c). Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. (2008c). *Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica*. <http://portal.mec.gov.br>.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

Brasil. (2009). *Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988*. (42.<sup>a</sup> ed.). Saraiva.

Brasil (2015). Lei n.º 13.146/2015, de 6 de julho, da Presidência da República. (2015). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)

Brasil. (2016). *Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º 1/92 a 38/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais n.º 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n.º 186/2008*. Senado Federal.

Caiado, K. R. M. (2006). *Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos* (2.<sup>a</sup> ed.). Autores Associados Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Câmara dos deputados. (2010). *Projeto de Lei n.º 8.014-C, de 2010*. <https://www.camara.leg.br>.

Carvalho, M. A. A. S., Durand, V. C. R., & de Melo, P. D. (2016) A acessibilidade na escola como direito à educação: o que falam os estudos empíricos nacionais?. *Divulgação científica e tecnológica do Instituto Federal da Paraíba (IFPB)*, (29), 61-68. <http://dx.doi.org/10.18265/1517-03062015v1n29p61-68>

Carvalho, R. E. (2004). *Educação inclusiva com os pingos nos Is*. Mediação.

Costa, N. G. (2012). Comunidades educativas: por uma educação para o desenvolvimento integral. In: Moll, J. (coord.). *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*, 477-483. Penso.

Damázio, M. F. M. (2018). Atendimento Educacional Especializado em uma perspectiva inclusiva: metodologia em questão. In: Franco, M., & Guerra, L. (Orgs), *Práticas Pedagógicas em Contextos De Inclusão: situação de sala de aula* (pp. 45-73), Paco.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens* (2.<sup>a</sup> ed.). Artmed.

Duque, N. L., & Coelho. (2022). *Formação de professores e a inclusão de alunos com necessidades especiais no Colégio Militar* (1.<sup>a</sup> ed.). Conhecimento.

Fávero, O., Ferreira, W., Ireland, T., & Barreiros, D. (2009). *Tornar a educação inclusiva*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/>

Freire, P. (2019). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (74.<sup>a</sup> ed.). Paz e Terra.

García, V. G. (2014). Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde*, 12(1), 165-187. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462014000100010>

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

Gatti, B. (2010). Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas. *Educação & sociedade*, 31(113), 1355-1379. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>

Giancaterino, R. (2010). *Supervisão Escolar e Gestão Democrática*. Wak.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6.<sup>a</sup> ed.). Atlas SA.

Gonçalves, E. P. (2001) *Conversas Sobre Iniciação à Pesquisa Científica*. Alínea.

Guimarães, U. A., Leandro, A. D. S. A., Ferreira, L. G. R., Pondé, I. V., & de Melo Silva, V. M. (2023). Acessibilidade Na Escola: Como A Arquitetura Impacta Nas Aprendizagens. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, 4(7). <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3543>

Júnior, C. B. A. (2019). Atendimento Educacional Especializado para a Criança com Deficiência Física Neuromotora na Educação Infantil: Possibilidade Real?. *Perspectivas em Diálogo*, 6 (11), 63-80. <https://periodicos.ufms.br>

Lakatos, E. M. & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. Atlas S.A.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2008). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados* (7.<sup>a</sup> ed.). Atlas S.A.

Lakatos, E. V., & Marconi, M. A. (2019). *Metodologia Científica*. Atlas S.A.

Lima, M. M. N. (2019). *Manual sobre Acessibilidade e Inclusão do aluno com deficiência no Ensino Básico*. [Dissertação de mestrado não publicada, UNILAB]. Repositório Institucional da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. <https://repositorio.unilab.edu.br>

Lopes, L. L. H. (2022). *As TIC como recurso para escola inclusiva*. [Dissertação de mestrado em Ciências da Educação, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/10744>.

Malhotra, N. (2006). *Pesquisa em marketing: uma orientação aplicada*. Bookman.

Malhotra, N. (2012). *Pesquisa em marketing: uma orientação aplicada* (6.<sup>a</sup> ed.). Bookman.

Mantoan, M. T. E. (2003). Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: Stobâus, D. C. & Mosquera, M. J. J. (Orgs.), *Educação especial: em direção à educação inclusiva* (pp. 27-40), EdIPUCRS.

Mantoan, M. T. E. (2006). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer*. (2.<sup>a</sup> ed.). Moderna.

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

Mantoan, M. T. E. (2007). *Igualdade e diferenças na escola: Como andar no fio da navalha. Educação: Revista do Centro de Educação*, 32 (2), 319–326. Universidade Federal de Santa Maria.

Mantoan, M. T. E. (2015). *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema*. Memnon.

Mantoan, M. T. E., Prieto, R. G., & Arantes, V. A. (2023). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. Summus.

Marques, M. O. (1996). *Educação/interlocução, aprendizagem/reconstrução de saberes*. Unijuí.

Michels, M. H., & Lehmkuhl, M. de S. (2016). A política de formação de professores do ensino fundamental para atender alunos da educação especial. *Educação E Fronteiras*, 5(14), 60–72. <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3786>

Moreira, J. K. S. (2020). Barreiras de Acessibilidade para a Inclusão dos Deficientes Físicos no Espaço Escolar. *Simpósio de Pesquisa da FAE*, 53-66.

Negreiros, D. A. (2014). *Acessibilidade Cultural: por que, onde, como e para quem?* (Trabalho de Especialização) Especialização em Acessibilidade Cultural. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Oliva, D.V. (2016). Barreiras e recursos à aprendizagem e à participação de alunos em situação de inclusão. *Psicologia USP*, 27(3), 492-502. <https://doi.org/10.1590/0103-656420140099>

Ortiz, C. (2000). Adaptação e Acolhimento: Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição. *Revista Escola*, 1-9.

Pinto, M. M., Gonzaga, M. V., & Lourenço, G.F. (2022). Escolarização de Pessoas com Paralisia Cerebral: uma Revisão Sistemática na Literatura Nacional. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 28(58), 619-638. <https://doi.org/10.1590/1980-54702022v28e0058>

Pires, A. B. (2020). Educação Inclusiva: acessibilidade física na Escola Municipal Nilton Balthazar, no município de Rio das Ostras/RJ. *Revista Educação Pública*, 20(46). <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3.<sup>a</sup> ed.). Atlas S. A.

Rinaldi, C. (2002). Reggio Emilia: a imagem da criança e o ambiente em que ela vive como princípio fundamental. In: Gandini, L. & Edwards, C. (Orgs.). *Bambini: a abordagem italiana à educação infantil* (pp. 75-80), Artmed.

Rocha, A.N.D.C., Desidério, S.V., & Massaro, M. (2018). Avaliação da Acessibilidade do Parque Durante o Brincar de Crianças com Paralisia Cerebral na Escola. *Revista*

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

*Brasileira de Educação Especial*, 24(1), 73-88. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100007>

Sacchi, A. L., & Metzner, A. C. (2019). A percepção do pedagogo sobre o desenvolvimento psicomotor na educação infantil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 100(254), 96-110. <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/3q5xPxKqTTRfvDwG6ZCBQKy/abstract/?lang=pt>

Sasaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. WVA.

Secretaria de Educação/MEC. (2008b). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

Silva, J. M., & Silveira, E. S. (2008). Trabalhos Acadêmicos. In: Silva, J. M. e Silveira, E. S. (Eds.), *Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: normas e técnicas* (3.<sup>a</sup> ed.). Vozes.

Souza, B., & Souza, M. (2014). A Importância do Espaço Físico Escolar no Ensino e na Aprendizagem. [Comunicação oral]. XI Seminário internacional de demandas sociais e políticas públicas na sociedade de contemporânea - VII mostra de trabalhos jurídicos científicos. Santa Cruz do Sul, Brasil. <https://www.researchgate.net/publication/>

Strelow, L. (2020). Acessibilidade Espacial na Escola: Adequações na Estrutura Existente- um Guia Prático para os Administradores Escolares. *Periódicos da UFES*, 1(13).  
[file:///C:/Users/paide/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/rrsilva,+109.docx+\(1\).pdf](file:///C:/Users/paide/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/rrsilva,+109.docx+(1).pdf)

Tavares A. A., & Cardoso A. A. (2016). Inter-relações entre o desempenho no processo de aprendizagem escolar e o desenvolvimento das capacidades motoras: revisão e literatura. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 27(1), 88-93. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i1p88-93>

Tavares, M. C. C. (2021). A Formação do Professor e a Práxis Pedagógica. In: Paulo Henrique de Souza & Paulo Sérgio Araújo (Orgs.). *A educação infantil me chamou para a roda de conversa: a BNCC e as novas práticas*. Conhecimento Editora.

Viana, M. L., & Teixeira, M. R. F. (2019). Sala de atendimento educacional especializada (AEE): o uso da tecnologia assistiva no processo de inclusão dos alunos nas atividades de ensino-aprendizagem. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society*, 12(1), 72-79. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/196993>

Vitaliano, R. C. (2010). *Formação de Professores para a inclusão com necessidades educacionais especiais*. Eduel.

Vygotsky, L.S. (2007). *A formação social da mente*. Martins Fontes.

## Anexos

### Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE)

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) para participar do estudo: **UMA ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL NA CIDADE DE MACAPÁ**, realizado por MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMOS. Nesse estudo, pretende-se investigar como vem sendo desenvolvida a acessibilidade de forma inclusiva de alunos com comprometimentos motores em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá, tendo como elementos norteadores para este estudo as várias leis de inclusão e acessibilidade existentes no Brasil. O motivo pelo qual optou-se pela escolha da referida temática, foi a importância de desenvolver análises e visões fundamentadas sobre o referido problema, bem como poder mensurar a realidade prática com base nas teorias existentes sobre a temática.

Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador ou pela instituição. Serão garantidos o sigilo do seu nome e a privacidade dos dados coletados durante todas as fases da pesquisa. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com a pesquisadora responsável MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMOS, no contato (96) 99121-3939.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_ fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão de participar, se assim o desejar. Recebi uma via deste Termo de Consentimento, em que na ocasião, assinei e me disponibilizei em participar da referida pesquisa como entrevistada.

Macapá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

## Apêndices

### Apêndice A – Roteiro das Perguntas

#### Caracterização do participante

- 1.Sexo
- 2.Idade
- 3.Formação
- 4.Tempo de trabalho
5. Ano que leciona

#### Acessibilidade e Inclusão na escola

- 1- Quais as maiores dificuldades encontradas pelos professores do ensino regular, no Atendimento Educacional Especializado da criança com comprometimento motor?
- 2- Como você avalia o processo de acessibilidade da escola?
- 3- Como acontece a oferta da igualdade para o acesso e permanência desta criança na escola?
- 4- Como acontece a acessibilidade da criança cadeirante no transporte até a escola?
- 5- A escola dá condições de permanência para o aluno?
- 6- As formações continuadas e as capacitações dos educadores da escola, estão acontecendo de quais maneiras?
- 7- Nas formações dos professores são abordados projetos de acessibilidade na escola?
- 8- As formações continuadas promovem a inclusão de todos os temas voltados para a deficiência cognitiva e motora?
- 9- Quais metodologias são utilizadas no Atendimento Educacional Especializado da referida escola?
- 10- No caso dos alunos com deficiência motora, há algum atendimento específico?
- 11- A escola promove um planejamento inclusivo para as necessidades específicas de cada aluno?

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

- 12- Como a criança é recebida no ambiente escolar?
- 13- Como acontece a integração entre pais e escola no processo inclusivo?
- 14- Como a escola promove a inclusão com o foco na autoestima do aluno?

## Apêndice B – Parecer Substanciado da Plataforma Carolina Bori

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAPÁ - UEAP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** UMA ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NA INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL PROFESSOR DARCY RIBEIRO NA CIDADE DE MACAPÁ

**Pesquisador:** MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMOS

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 83481624.0.0000.0211

**Instituição Proponente:** Universidade Fernando Pessoa/Fundação Ensino e Cultura Fernando

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.328.198

#### Apresentação do Projeto:

O presente Projeto de Mestrado tem como objetivo a análise sobre a realidade e como se desenvolve a acessibilidade diante da inclusão da pessoa com deficiência motora em uma Escola Estadual de Tempo Integral na cidade de Macapá. Nesse sentido, surgiu o desejo em identificar as diferentes condições de acesso aos diferentes espaços da escola, bem como, o potencial da autonomia dos alunos a partir da eliminação de barreiras à inclusão; analisar se a escola está ofertando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. A metodologia da pesquisa consistirá em uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, através do estudo de caso do tipo descritivo e exploratório. Como instrumentos de coleta de dados serão utilizados a Análise documental, questionários, entrevistas e observação direta do dia a dia escolar.

#### Objetivo da Pesquisa:

**Objetivo geral:**

Analisar como o aluno com tais deficiências vem construindo suas subjetividades e sua auto-estima.

**Objetivos específicos:**

- Analisar as questões de acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos das edificações da escola;

**Endereço:** Rua Tiradentes, 284 Centro | CEP: 68900-098 Macapá - AP

**Bairro:** Centro

**CEP:** 68.902-865

**UF:** AP

**Município:** MACAPA

**Telefone:** (96)9911-8981

**E-mail:** cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 7.328.198

- Analisar se a escola está ofertando igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- Verificar como se desenvolve o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;
- Analisar como o aluno com tais deficiências vem construindo suas subjetividades e sua auto-estima;
- Verificar como vem se desenvolvendo as formações, capacitações e formações continuadas dos educadores.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Essa investigação trará riscos mínimos aos participantes, o que poderá ser mais evidenciado é a falta de colaboração dos professores para a coleta de dados, por se tratar de um tema sensível pois coloca em análise a estrutura física das escolas e o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais. Poderão ocorrer também, o desconforto em responder as perguntas, ou até mesmo o cansaço ou aborrecimento por se tratar do tema inclusão. Contudo, caso haja esses ou outros riscos que envolvam também a quebra da confidencialidade, esse participante será indenizado, como forma de compensação de danos materiais ou morais decorrentes da pesquisa. Caso ocorra algum constrangimento, será dado ao participante o direito de não responder a esta pesquisa, e ainda a desistência de sua participação. E ainda, a pesquisadora se compromete a respeitar todos os princípios éticos que regem a Resolução no 510/16.

#### **\*Benefícios:**

O benefício será de forma direta e indireta a todos os envolvidos na investigação, uma vez que o produto final desse trabalho de pesquisa visa proporcionar o desenvolvimento e a melhoria do acesso dos alunos com necessidades especiais. Assim, espera-se que, com essa investigação, seja possível contribuir para que pessoas com necessidades especiais possam ser beneficiadas e profissionais das áreas da educação. Res 466/12: *assegurar aos participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa.*

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A temática da inclusão escolar de crianças com necessidades específicas vem sendo discutida em amplas áreas e esferas, por meio de diferentes abordagens metodológicas, com o objetivo de construir mudanças significativas referentes à visão que a sociedade possui em relação ao referido assunto. Por esse motivo a pesquisa apresenta extrema relevância.

Endereço: Rua Tiradentes, 284 Centro | CEP: 68900-008 Macapá - AP  
Bairro: Centro CEP: 68.902-865  
UF: AP Município: MACAPA E-mail: cep@ueap.edu.br  
Telefone: (96)9911-8981

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 7.328.198

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos obrigatórios conforme exigidos na Resolução no 466, de 12 de dezembro de 2012 e na Resolução no 510, de 07 de abril de 2016 do CNS foram apresentados.

**Recomendações:**

Sem recomendações

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem pendências

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1902360.pdf	07/01/2025 17:22:23		Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	07/01/2025 17:21:56	MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMÓS	Aceito
Outros	Termo_Anuencia.pdf	07/01/2025 17:21:47	MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMÓS	Aceito
Outros	Carta_Resposta_2025.docx	07/01/2025 17:21:36	MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMÓS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	07/01/2025 17:21:21	MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMÓS	Aceito
Outros	Questionario.docx	02/12/2024 11:21:48	MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMÓS	Aceito
Outros	TERMODECONFIDENCIALIDADE.pdf	13/09/2024 17:00:20	MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMÓS	Aceito
Outros	TERMODECOMPROMISSO.pdf	13/09/2024 17:00:07	MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMÓS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	13/09/2024 16:59:45	MARIA DAS GRAÇAS SENNA RAMÓS	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_5356245.pdf	13/09/2024 16:59:02	MARIA DAS GRAÇAS SENNA	Aceito

Endereço: Rua Tiradentes, 284 Centro | CEP: 68900-098 Macapá - AP  
Bairro: Centro CEP: 68.902-865  
UF: AP Município: MACAPA  
Telefone: (96)9911-8981 E-mail: cep@ueap.edu.br

Uma análise da acessibilidade na inclusão das pessoas com deficiência motora em uma escola estadual de tempo integral na cidade de Macapá.

---

UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 7.328.198

Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_ CEP_5356245.pdf	13/09/2024 16:59:02	RAMOS	Aceito
------------------	--	------------------------	-------	--------

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MACAPA, 09 de Janeiro de 2025

---

Assinado por:  
ANGELA DO CEU UBAIARA BRITO  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Tiradentes, 284 Centro | CEP: 68900-088 Macapá - AP  
Bairro: Centro CEP: 68.902-865  
UF: AP Município: MACAPA  
Telefone: (96)9911-8981 E-mail: cep@ueap.edu.br